## **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

2 **ATA N°18** 

1

3

DATA: 18/08/2011

A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho 4 Municipal de Saúde): Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e onze. 5 6 às 18h30min, no auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, situado 7 na Avenida Loureiro da Silva, nº 325, reuniu-se, em sessão ordinária do Plenário, o 8 Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre. No uso das atribuições que me são concedidas pelas Leis 8080, de setembro de 1990, 8142/90, de dezembro de 1990, 9 10 pelo Decreto Lei 277/92, de maio de 1992, pela Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, pelo Código Municipal de Saúde e pelo Regimento Interno deste Conselho, 11 12 aprovado em julho de 2008, declaro aberta a sessão ordinária do Plenário do dia 13 dezoito de agosto de 2011, presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Alcidez Pozzobon; Bruna de Souza Machado; Brizabel Muller da Rocha; Carlos Antônio da 14 Silva; Carlos Henrique Casartelli; Deniz Caraveta Corá; Denis Nunes da Silva Vargas; 15 Djanira Correa da Conceição; Erenita S. Peres; Flavio Becco; Gláucia Maria Dias 16 17 Fontoura: Gilmar Campos: Heverson Luis Vilar da Cunha: Hamilton Pessoa Farias: Ione Terezinha Nichele; Jairo Francisco Tessari; Lúcia Bublescki Silveira; Maria 18 Encarnacion Morales; Maria Ivone Dill; Milton dos Santos Mirian Weber; Mirtha da Rosa 19 Zenker; Mônica Ellwagner Leyser; Nauber Gavski da Silva; Nesioli dos Santos; Olir 20 Citolin; Palmira Margues da Fontoura; Paulo Goulart dos Santos; René Miguel Alvez; 21 22 Rejane Haidrich; Silvia Giugliani; Sônia Cleonice Bonifácio; Tânia Ledi da Luz 23 Ruchinsque. Conselheiros Suplentes Presentes: Alberto Moura Terres; Arlete Fante; 24 Christiane Nunes de Freitas; Erenita Peres; Fernando Ritter; Gabriel Antonio Vigne; 25 Gláucio Rodrigues; José Elvanir Vidal da Silva; Lourdes Zilli de Souza; Liane Terezinha de Araujo; Marta Schneider da Silva; Masurquede Azevedo Coimbra; Sonia Regina 26 Coradini; Oscar Paniz. Faltas Justificadas: Carlos Eugênio Schuch Colvara; Doralice 27 Melo dos Santos; José Antônio dos Santos; Marcia Ubirajara; Pedro Luis da Silva 28 Vargas; Roberta Alvarenga Reis; Roger dos Santos Rosa e Salete Camerini. 1) 29 Abertura. 2) Pareceres. A) Plano de Aplicação da 26ª Etapa Programa Nota 30 Solidária - Hospital Parque Belém. Está presente algum representante do Hospital? 31 (Silêncio no Plenário.) Como ainda não se encontra presente representante do Hospital 32 33 Parque Belém, passaremos ao próximo Parecer. B) Parecer 036/11 - Plano de Aplicação Consulta Popular 2010/2011- Hospital de Pronto Socorro. (Lê o 34 35 Parecer). (Após a leitura.) Alguma manifestação, pergunta, dúvida? (Silêncio no 36 Plenário) Em regime de votação o Plano de Aplicação de Consulta Popular do Hospital de Pronto Socorro no valor de R\$ 225.000,00. Os (as) conselheiros (as) que o aprovam 37 se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 27 votos a FAVOR. Os (as) conselheiros 38 (as) que não aprovam se manifestem levantando o crachá. Abstenções? 01 39 40 ABSTENÇÃO. APROVADO. C) Parecer 035/11 - Plano de Aplicação de Emenda Parlamentar do Deputado Carlos Gomes - Hospital de Pronto Socorro. (Lê o 41 42 Parecer.) (Após a leitura.) Alguma manifestação, pergunta, dúvida? A SRA. PALMIRA 43 MARQUES DA FONTOURA (CDS Humaitá/Navegantes/Ilhas): Gostaria que fosse 44 confirmada ou não a notícia que houve, hoje ao meio-dia, pela televisão. Foi dito que o Hospital de Pronto Socorro, o melhor que temos aqui, não está tendo a devida 45 manutenção nos aparelhos que estão sendo votados aqui hoje. Pena que somente 46 47 agora esteja vindo esse convênio, pois já deveria ter vindo há mais tempo. Entre aspas, disseram que dois funcionários do Hospital tiveram problemas em virtude da radiação. 48 Pessoas da região, que conhecem o trabalho deste Conselho, me perguntaram se eu 49 50 estava vendo a notícia que estava sendo veiculada pela televisão. Eu fui ver e figuei 51 surpresa. Assim, gostaria que alguém me respondesse alguma coisa a respeito disto, principalmente o Secretário. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA 52 53 (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Mais alguém? O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde): Palmira, quem prestou 54

essa informação, foi funcionário? A SRA. PALMIRA MARQUES DA FONTOURA (CDS Humaitá/Navegantes/Ilhas): A televisão passou direto! O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde): Mas quem prestou a informação? A SRA. PALMIRA MARQUES DA FONTOURA (CDS Humaitá/Navegantes/Ilhas): Foi funcionária. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde): É uma questão técnica. Em primeiro lugar, não existe nenhum equipamento de Raio X, no HPS, distribuindo radiações no ambiente, por dois motivos: a) notícia igual a essa já foi dada uma vez e tivemos que ir lá e mostrar a todos que não havia perda de radiação: b) isso é tecnicamente impossível porque o equipamento de Raio X apenas libera os raios na hora em que é acionado para a realização de exame. É impossível um aparelho apresentar fuga de radiação. É tecnicamente impossível! Portanto, essa notícia é de pessoas que podem ou não ser da área da saúde, mas que com certeza não entendem absolutamente nada de radiologia. Dizer que morreram duas pessoas... No Presidente Vargas, durante os cinco anos em que lá estive, cerca de cinco ou 6 pessoas tiveram CA de mama e não trabalhavam no Raio X. Então, pessoas que trabalham em hospital terem CA, faz parte da vida, como da vida de todos, como quem trabalha numa loja. Câncer existe na população em geral. Os técnicos de radiologia, por sua vez, que podem estar expostos a uma eventual radiação, eles carregam no peito um dosímetro, que está sujeito a uma inspeção técnica que mostra exatamente o nível de radiação que ele recebeu em determinado período. E isto é avaliado tecnicamente. Em todos os anos que tenho de Prefeitura, apenas uma vez vi um dosímetro acusar índice acima do limite. Quando isto acontece, o servidor é afastado, conforme recomendações técnicas da ANVISA, da Vigilância, etc. Neste caso específico, o valor de radiação que acusou no dosímetro, era tão alto, mas tão alto que a empresa que fazia a medição disse que para aquilo acontecer, naquele nível, só havia um jeito, ou seja, pegar o dosímetro e colocá-lo embaixo do aparelho e ficar disparando raios em cima dele. Então, isso é impossível de acontecer. Nem tudo que se lê, que se ouve tem respaldo técnico e esta é mais uma questão que não tem respaldo técnico. Como não tem respaldo dizer que os equipamentos do HPS estão todos sem funcionar. Há 30 equipamentos de Raio X, no HPS, todos funcionando. Casualmente, no domingo de madrugada, eu estava no HPS, a 1h30min, da madrugada, porque nenhum dos aparelhos de Raio X estavam funcionando. Aí saímos eu, o Marcelo, porque achei estranho, liguei para o Dr. Júlio, liguei para o Danilo e fomos ver os sete equipamentos que não estavam funcionando. Não sou técnico, o Marcelo entende alguma coisa de Raio X, mas também não é técnico e não havia ninguém para consertar os aparelhos de Raio X. Numa hora e meia depois de estarmos lá dentro já havia três equipamentos funcionando. Magicamente os aparelhos de Raio X continuaram funcionando! Na verdade, não sei o que aconteceu, pois os aparelhos pararam de funcionar, por alguma situação que desconheço e voltaram a funcionar por uma situação que também desconheço. Quando chequei lá determinei: os servidores que estão nos aparelhos de Raio X que estão parados irão para o Cristo Redentor, para o Centro de Saúde Vila dos Comerciários, para a Bom Jesus e para o Presidente Vargas, vão trabalhar lá. Tomei essa decisão, mas casualmente, graças a Deus, uma hora e meia depois os aparelhos voltaram a funcionar e todos os servidores puderam permanecer trabalhando no HPS. Estava um caos a Sala 6! O Danilo me disse que estava um caos, então eu quis ver o caos. Cheguei lá e onde estava o médico?! Disseram-me que estava no horário de descanso. Aí olhei no corredor e veio o médico. Perguntei-lhe: "- Cadê a escala de plantão"? Disse-me que não sabia. Então, lhe disse que já havia trabalhado ali e sabia que todos os setores têm escala de plantão. Esta é uma coisa que o HPS tem de boa. Na UTI Pediátrica tenho o histórico de todos os serviços. Então, aqui tem que ter uma escala. Tragam-me a escala. Fulano, beltrano, sicrano, nenhum dos que estavam na escala se encontravam no Hospital! Eu perguntei: trocaste o plantão com quem? "- Não lembro com quem troquei. Eu troquei com fulano, que trocou com beltrano, que trocou com sicrano"! Ao que

55

56

57

58 59

60

61

62

63

64

65

66

67 68

69 70

71

72

73

74

75

76

77

78 79

80

81 82

83

84

85

86

87

88

89

90 91

92

93

94

95

96

97

98 99

100 101

102

103

104

105

106

107

perguntei: - E os outros dois? Estão faltando dois. "- Estão no quarto". Chama-os, quero vê-los, quero conversar com eles. Hoje disseram que eu estava ameaçando os médicos. A única coisa que fiz foi ir no HPS a uma hora e meia da manhã, e constatei que os aparelhos de Raio-X não funcionavam e também constatei que dois médicos da sala 6 não se encontravam no hospital. Depois de meia hora disseram que realmente a colega havia saída há meia hora e que o outro colega não tinha vindo. É isso que foi constatado a uma hora e meia da manhã. Hoje me disseram que o Lasier havia me ligado porque eu teria feito ameaças. Eu fui no HPS e constatei que não havia dois médicos. Ainda disse: "bom, está bem, só quero sinceridade, há dois médicos a menos. vamos ter de sentar e conversar sobre isso", porque dizem que falta radiologista, falta clínico, falta intensivista, falta oftalmologista, falta tudo no HPS. Agora, a única verdade é a seguinte: são 10,5 servidores por leito. É a maior média de servidores por leito no país. O dobro de servidores por leito em relação ao Hospital de Clínicas. Então, falta servidor em algum local? Acredito que falte, mas tem uma má distribuição completa de recursos humanos lá dentro. A culpa é nossa, a culpa é minha como gestor. É por isso que vai haver o ponto eletrônico, é por isso que vai haver cobrança de carga horária. Uma vez por semana vou no HPV e uma vez por semana vou fazer reuniões no HPS, e vamos começar a discutir pela radiologia. Mas, isso que foi passado na televisão é impossível. A informação foi dada por alguém que não entende nada de equipamento de Raio-X. A verdade no HPS é essa: numa hora não estava funcionando e uma hora e meia depois estava funcionando. Temos reunião segunda-feira no HPS e vamos começar a analisar todas as escalas. E vai entrar o ponto eletrônico. O SR. MILTON DOS SANTOS (CDS Eixo Baltazar): Sou da UBS Passo das Pedras. Sr. Secretário, eu vi a reportagem e quem deu as informações foi uma técnica de enfermagem, com vinte anos de serviço. O senhor vai me desculpar, mas o que mostraram na televisão não pode ser invenção da imprensa. Havia lixo, a porta que protege para quando se vai fazer o Raio-X estava estragada, não funcionava. Havia sujeira. Não tem como dizer que aquilo foi "plantado" ou que a televisão inventou. Sempre que acontece alguma coisa no hospital o funcionário que está lá dentro é o culpado, mas o que a televisão mostrou só se os "caras" são loucos, porque pelo que foi mostrado aquilo não é um hospital, vou dizer bem tranquilo para o senhor, nem chiqueiro aquilo é, porque chiqueiro é melhor do que aquilo. O que foi mostrado na televisão, e não foi uma reportagem de cinco minutos, é que a porta que protege dos Raios-X estava estragada, os banheiros estragados, o lixo, uma coisa inominável. Se a televisão fez aquela reportagem com algum propósito o senhor tem que mostrar qual é o propósito em fazer aguilo. E não foi por funcionário que não entende. Até achei gozado porque a funcionária se mostrou - e nenhum funcionário faz isso - deu o nome, técnica de enfermagem com, parece, dezessete anos de casa. Então, o senhor vai me desculpar, mas o que vi não foi a televisão que inventou. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde): Realmente é inominável o que acontece. Eu fui diretor do Hospital Presidente Vargas. Um dia os servidores chamaram a imprensa para ir até a UTI neonatal, e uma das denúncias é que havia uma lixeira na frente da incubadora. Que absurdo, uma lixeira na frente da incubadora de um bebê de um quilo e meio! Ora, é obrigação do diretor do hospital tirar a lixeira de frente da incubadora? Isso é responsabilidade do servidor que trabalha lá dentro. Assim como não sei como uma porta corta-fogo no HPS está completamente destruída. Como é que alguém consegue destruir uma porta corta-fogo, eu também acho inominável, e não foi o Secretário da Saúde que foi lá entortar a porta. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Sabemos que o assunto está sendo veiculado na imprensa o dia inteiro, mas quero lembrar que esse Conselho já fez uma avaliação e análise da situação do HPS, constituiu um grupo de trabalho, emitiu parecer e encaminhou ao Prefeito da Cidade e ao Secretário da Saúde, dando conta de uma situação que ocorre no HPS, situação essa que já tinha sido referida naquele relatório. O Conselho também fez uma

109

110

111

112113

114

115

116

117

118119

120 121

122

123124

125

126

127

128

129

130131

132133

134

135

136 137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149150

151

152153

154155

156157

158

159

160161

fiscalização que aponta, entre outras coisas, essa situação que o Sr. Secretário está trazendo e que verificou no dia em que esteve lá, e nós constatamos em todo hospital. Esperamos e aguardamos que essa situação seja apurada e que os responsáveis sejam punidos. (O Sr. Secretário diz que "tem sindicância aberta"). Terres. O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional de Serviço Social): Quero apenas demonstrar a minha insatisfação com o que li no jornal hoje, a respeito de equipamentos estragados. O que o Sr. Secretário pode fazer é identificar há quanto tempo estão estragados, e quem é o responsável técnico. Não podemos dizer que foram os trabalhadores, e que depois de uma hora e meia voltaram a funcionar, como se os trabalhadores simplesmente estivessem escondendo o fato. Se há responsável técnica deve ser feita uma investigação para saber quem é o responsável técnica e saber por que o equipamento não estava funcionando. O responsável técnico deve ser o médico, deve ser o radiologista, devemos saber quem é e responsabilizá-lo, mas não podemos deixar no ar que todos os funcionários são os culpados. Cabe à Secretaria fazer essa avaliação, e tenho certeza que o Conselho apóia essa iniciativa, o próprio conselho gestor do HPS deve apoiar para que seja identificado quem é o responsável, e no meu entendimento deve ser o responsável técnico que deveria saber que o equipamento está estragado. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): Terres, em nenhum momento eu disse que a responsabilidade é dos funcionários. Constatei um fato: os aparelhos estavam estragados e uma hora e meia depois estavam funcionando. O que estou dizendo é um fato. Tanto é fato que hoje os equipamentos estão funcionando. É um fato e contra fato não há discussão. Não fiz nenhuma acusação contra alguém. O SR. HAMILTON FARIAS (Sindicato dos Municipários): Acho importante colocar que essas questões todas têm de ser avaliadas até para se preservar o bom nome de cada trabalhador que está lá presente. Nós, trabalhadores, acreditamos que não devemos vir para um fórum como esse para sermos ameaçados com ponto eletrônico, porque ponto para quem trabalha não é problema. Acreditamos que a instalação de pontos eletrônicos são elementos de moralização, mas tem de ser cobrado de todos igualmente. Não pode haver os que batem o ponto e os que não batem o ponto. Se for para todos, sem privilégios, estamos de acordo. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): É para todos. E também é um fato. Não é uma ameaca, é um fato. O ponto eletrônico é um fato, e é para todos. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Todos os conselheiros estão esclarecidos. (Pausa.) Está em votação o Plano de Aplicação da Emenda Parlamentar do Dep. Carlos Gomes, no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para o Hospital de Pronto Socorro. Os (as) Conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa). 35 votos a favor. Os (as) Conselheiros (as) contrários (as) se manifestem levantando o crachá. (Pausa). Nenhum voto contrário. Abstenções. (Pausa.) APROVADO. O Sr. Danilo, do HPS, havia solicitado a palavra para fazer um esclarecimento. O SR. DANILO BRAUM (Diretor Administrativo do Hospital de Pronto Socorro): Quero apenas confirmar aquilo que o Sr. Secretário falou a respeito do levantamento radiométrico. A empresa. Foi feito um levantamento radiométrico no mês de junho nas salas um, dois, três, quatro e cinco, e dos Raios-X. Vou ler o final das conclusões: (Lê) As medidas dos testes de radiação de fuga realizados na cúpula protetora do aparelho de Raio-X apresentam níveis inferiores ao limite recomendado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e pelo Conselho Nacional em Proteção Radiológica e Medidas, bem como às normas referidas neste laudo, logo apto a operar no diagnóstico médico". Além disso há alguns itens onde eles relacionam as conformidades: (Lê) O hospital mantém sempre visíveis os relatórios de doses dos usuários e dosímetros. Os operadores realizam os procedimentos utilizando as vestimentas de proteção individual com dosímetro por fora da mesma, na altura do tórax. Durante a ausência do usuário ao trabalho os dosímetros são mantidos em local seguro, afastados de fontes de radiação ionizante, junto ao dosímetro padrão. Todos

163

164

165

166167

168

169

170

171

172

173

174175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185 186

187

188

189

190

191

192

193

194

195 196

197

198

199

200

201

202

203204

205

206207

208209

210

211212

213

214

215

os indivíduos que trabalham em mais de um serviço, os titulares de cada serviço conversam entre si para tomar providências necessárias de modo a garantir que a soma das exposições ocupacionais de cada indivíduo não ultrapasse os limites estabelecidos neste regulamento. Os trabalhadores ocupacionalmente expostos são submetidos a um programa de controle de saúde, baseado nos princípios gerais de saúde ocupacional. Os titulares estão cientes que os exames periódicos de saúde não podem ser utilizados para substituir ou completar o programa de monitoração individual. Em caso de ocorrência de exposição acidental com dose equivalente acima do limiar para efeitos determinísticos o titular encaminha o trabalhador para acompanhamento médico e, se necessário, com o aconselhamento de um médico especialista, com experiência e conhecimento específico sobre as consequências e tratamentos de efeitos determinísticos da radiação. Com a implantação dos itens apontados acima, e os que já estão sendo seguidos pelo Hospital, entende-se que esse serviço de alta complexidade vem atendendo aos propósitos estabelecidos pelo regulamento de proteção radiológica exposto pela ANFISA, o Conselho Nacional de Energia Nuclear e Ministério da Saúde. 29 de junho de 2011." Obrigado. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Obrigada, Sr. Danilo. A Dra. Christiane Freitas vai fazer uma apresentação sobre a Ampliação da Equipe de Saúde da Família para o PSF da 5.ª Unidade. A SRA. CHRISTIANE NUNES FREITAS (Coordenadora Geral da Rede e Atenção Primária à Saúde): Boa noite. Sou coordenadora da Rede e, conforme a reunião que houve ontem, baseada em uma solicitação do Memorando enviado pelo Conselho Distrital da Restinga em relação à Ampliação da Equipe de Saúde da Família para PSF da 5ª Unidade, estamos trazendo à plenária a apresentação. (Início da apresentação no data show.) A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Alguma manifestação, alguma pergunta? Podemos colocar em votação? (Aquiescência da Plenária.) Em votação a Ampliação da Equipe de Saúde da Família para PSF da 5ª Unidade. Os(as) conselheiros(as) que aprovam a Ampliação da Equipe de Saúde da Família para PSF da 5ª Unidade se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 34 votos a favor. Os(as) conselheiros(as) que não a aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) Nenhum voto contrário. Abstenções? Nenhuma abstenção. APROVADA a Ampliação da Equipe de Saúde da Família para PSF da 5ª Unidade. Eu vou voltar ao Plano de Aplicação da 26ª Etapa Programa Nota Solidária do Hospital Parque Belém. Por favor, Sr. Pozzobon, aproxime-se da Mesa. Conselheiros, quando chamamos o representante do Parque Belém, o senhor não havia chegado. Agora vamos fazer a apreciação. Por sugestão de um conselheiro, sempre que um prestador vem aqui, a Coordenação convida para que ele sente-se à Mesa para que o seu parecer seja apreciado. Pessoal, há muito barulho e hoje estamos sem microfone. Por isso, peço aos senhores que colaborem conosco fazendo silêncio. Obrigada. O SR. ALCIDES POZZOBON (Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Saúde do RS): Boa-noite. Em primeiro lugar, quero avisar ao plenário que sou grato pela deferência com que ela me distingue neste momento. Estou aqui desde as seis horas, badalei por tudo e entrei na fila para assinar a presença como qualquer cidadão. Eu fui o último da fila e peço o testemunho da secretária. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): (Lê o Parecer do Hospital Parque Belém.) Alguma manifestação, alguma pergunta? (Silêncio da Plenária.) Em votação o Plano de Aplicação da 26ª Etapa Programa Nota Solidária do Hospital Parque Belém. Os(as) conselheiros(as) que o aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 34 votos a favor. Os(as) conselheiros(as) que não o aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) Nenhum voto contrário. Abstenções? Nenhuma APROVADO o Plano de Aplicação da 26ª Etapa Programa Nota Solidária do Hospital Parque Belém. A Mesa vai intercalar os informes da Plenária com os informes do Conselho. A primeira inscrita é a conselheira Lúcia. A SRA. LÚCIA

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231232

233

234

235

236

237

238

239

240241

242

243244

245

246

247248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260261

262

263

264

265

266267

268269

BLUBLESCKI SILVEIRA (Conselho Distrital de Saúde Noroeste): Boa-noite. Estou aqui hoje pela Comissão Eleitoral do Conselho Distrital para trazer a vocês as notícias da nossa eleição. No dia 27 de julho fizemos a eleição do Conselho Distrital. Foi uma eleição muito bonita, com mais de quinhentos votantes. Isso é uma coisa bem significativa, porque foi superparticipativa. E eu vim até vocês para apresentar as novas pessoas eleitas. Há algumas pessoas que já são velhas conhecidas de vocês e outras que são novas. O Paulo Goulart dos Santos é titular dos usuários com o Gilberto, que é renovação do Conselho. Como suplente dos usuários, o Gabriel, que é velho conhecido de todos, e o Gilmar, que é do Parque São Sebastião, mas que, infelizmente, não pôde comparecer hoje. Como representante dos trabalhadores, temos a Simone Nascimento Silva e a Jane Lurdes Mascarello. Esta é a nova chapa que está assumindo. (Palmas.) A posse é no dia 24 de agosto, na quarta-feira da semana que vem, a partir das 14h30min. Sendo que, junto com a posse do Conselho, vai ser feita a inauguração da sala do Conselho, porque durante este último mandato conseguimos uma sala que dividíamos com o Conselho Local do IAPI, devidamente equipada. O Conselho Municipal ajudou em muitos quesitos para que a sala hoje estivesse equipada. Por isso, estamos convidando a todos que tiverem interesse ou que puderem comparecer à posse para prestigiar os companheiros. Aproveitando que estou aqui, gostaria de agradecer, porque estou terminando o meu mandato de dois anos. Além de eu ser do Conselho lá, figuei, nestes dois anos, representando o Conselho Municipal. Foi um aprendizado imenso para mim como trabalhadora da Saúde. Não dá para passar sem se ter esta experiência do controle social. Eu agradeço a todos pela oportunidade. (Palmas.) A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): A lone continua representando o Conselho Distrital agui. Ela está de aniversário? Ah! (Palmas.) Parabéns, Ione, pelo aniversário! Muitas felicidades e muita saúde! Não esqueçam que estamos sem microfone. Quero trazer um informe do Conselho Municipal da Saúde, que é o Ato Público que se realizará em Brasília, na Câmara dos Deputados, em defesa da Emenda Constitucional 29, que dispõe sobre recursos para a Saúde. A ideia é que todos os que puderem, e sei que há vários representantes aqui do Conselho que estarão lá em nome das suas entidades, representem este Conselho. A próxima Conselheira inscrita é a Liane. A SRA. LIANE TEREZINHA DE ARAÚJO OLIVEIRA (CDS Centro): Boa-noite a todos. Sou voluntária do IMAMA e quero, mais uma vez, reforcar o convite para a nossa caminhada, no próximo domingo, com saída do Parcão, às 10h30min, em direção à Redenção. É mais uma edição da Caminhada das Vitoriosas, esta é a camiseta (mostra) que algumas pessoas já adquiriram, mas ainda podem ser encontradas em várias lojas da PANVEL. Este ano estamos reforçando a questão da incidência do câncer de mama em mulheres mais jovens. Também gostaria de convidar para que participem, na próxima terça-feira, dia 23, a partir das 8h30min, de um seminário que falará a respeito disso. Caso chova no domingo, a caminhada será transferida para a próxima semana. Obrigada. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Outro informe que o Conselho traz para vocês diz respeito ao Seminário de Avaliação do Decreto 7.508/2011, que regulamenta a Lei 8080. Este Seminário acontecerá no dia 26/8, sexta-feira, às 14 horas, no Auditório do Centro Administrativo do Estado, na Av. Borges de Medeiros, 1501, térreo. É importante a participação de todos. Já enviamos e-mail aos conselheiros, anexando cópia do Decreto. O próximo inscrito é o Conselheiro Hamilton. O SR. HAMILTON FARIAS (SIMPA): Na outra reunião, estivemos agui para informar que os trabalhadores do Município tinham decidido fazer um dia de paralisação no dia 10.8.2011. Fizemos a nossa paralisação, tivemos uma grande assembleia, fomos ao Paço Municipal para tentar negociar com o Sr. Prefeito, mas isto não foi possível, a única manifestação que recebemos foi: "- ouvimos as reivindicações de vocês", nada mais. Não houve negociação. Então, avaliando a situação, a categoria, em nova assembleia realizada na Igreja Pompeia, decidiu que vai entrar em greve a partir da

271

272

273

274275

276

277

278

279

280281

282 283

284

285286

287

288

289

290

291292

293

294

295

296

297298

299

300

301

302 303

304

305

306 307

308

309

310

311

312

313314

315

316317

318

319

320

321

322

323

próxima terca-feira, dia 23 de agosto. Os trabalhadores do Município estarão realizando seu movimento a partir de um ato que será levado a efeito, terça-feira, em frente ao Paço Municipal. Aproveitamos para convidar a todos os representantes de entidades, conselhos distritais, para que se façam presente na assembleia pública que vamos realizar na frente da Prefeitura, em defesa da qualidade da saúde. Não podemos aceitar essas insinuações que colocam a responsabilidade dos problemas da saúde nas costas dos trabalhadores. Quando o gestor, muitas vezes, não consegue resolver problemas aqui e acolá, a atitude mais simples é jogar toda essa responsabilidade em cima de quem já tem uma grande carga de trabalho. E os trabalhadores do Município, hoje em dia, lutam por 30 horas para todos, sem redução salarial. Sobre isso não conseguimos acordo porque as propostas que o governo tem nos apresentado vão contra isso. Hoje à tarde ouvi a entrevista do Sr. Secretário para os órgãos de imprensa, ocasião em que ele disse que até o momento o Sindicato não lhe teria informado os motivos da greve. Secretário, não quis me intrometer na sua entrevista porque seria uma falta de educação, mas aqui, diante de todo o Conselho eu lhe digo que ontem, após o término da nossa assembleia, fomos em passeata até o Paço Municipal, entregamos no Gabinete do Prefeito um documento. Acho que cumprimos com o nosso papel. Não estamos ameaçando ninguém, estamos tomando atitudes. O momento é muito sério e solicitamos que as pessoas que estiverem preocupadas com essa questão que participem conosco na assembleia do dia 23 porque no dia 25/8 faremos uma nova assembleia para avaliar o movimento, mas até lá é greve! Obrigado. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): A respeito do que foi colocado pelo Hamilton, na reunião do Núcleo de Coordenação, na semana passada, foi apresentado um projeto de qualificação da gestão de trabalho, com as medidas propostas pela Secretaria Municipal de Saúde e que foi amplamente divulgado na sexta-feira passada. Em vista disso, realizaremos uma reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, é a nossa proposta, na próxima quinta-feira, dia 25. Dia do Soldado, para que a Secretaria possa apresentar o projeto de qualificação da gestão ao Conselho Municipal de Saúde. Este é o encaminhamento que o Conselho dá para integrar e participar das atividades. Ainda estamos verificando a possibilidade de definir um outro local para a realização dessa reunião, uma vez que certamente contaremos com a presença de um grande público. Se não conseguirmos, a reunião será realizada aqui. Oportunamente divulgaremos informações a respeito do local da reunião. A SRA. MÔNICA **ELLWANGER LEYSER (Sindicato dos Enfermeiros):** Boa-noite a todos e a todas. Também como informe, temos uma situação delicada com relação aos trabalhadores do Instituto de Cardiologia. O gestor já foi oficiado pelo Sindicato desde abril deste ano e a realidade que se constata é que não estão ocorrendo os depósitos regulares do INSS para esses trabalhadores. Fizemos uma amostragem aleatória e já existe uma comissão do Conselho investigando esse assunto para ver o que está acontecendo com esse dinheiro, porque ele sai do Instituto de Cardiologia, e eles apresentaram as guias de depósito, mas não aparece nos extratos do INSS desses trabalhadores. Na amostragem aleatória de dois trabalhadores que fizemos, constatamos a ausência de depósitos desde janeiro de 2011. E já estamos em agosto! Os trabalhadores que têm necessidade de encaminhar benefícios junto ao INSS, inclusive há trabalhadores com mais de 20 anos de serviço, já entrando no período de aposentadoria, estão tendo um prejuízo direto com essa situação, pois como não há o depósito não é possível calcular a renda e o benefício é proporcional ao salário-contribuição. Sem falar no que está ocorrendo com o dinheiro público que é direcionado ao Cardiologia para que sejam feitos os depósitos regulares aos trabalhadores e isto não está sendo efetivado. Estamos aquardando uma resposta satisfatória do Instituto de Cardiologia, pois as respostas que nos foram dadas até o momento não são satisfatórias, não explicam essa situação de um grupo grande de funcionários estarem sem o depósito devido ao INSS. Temos uma certa restrição em mencionar nomes em virtude de uma série de

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336337

338

339340

341

342

343

344

345

346347

348

349

350

351

352353

354

355

356

357

358

359

360

361

362363

364

365366

367

368369

370

371

372

373

374

375

376

377

ocorrências que temos com relação aos trabalhadores que fazem o enfrentamento com gestores que não são, exatamente, a Secretaria da Saúde. Uma outra guestão para a qual também estamos solicitando uma resposta e que o gestor tem conhecimento é o não pagamento do reajuste dos salários dos enfermeiros, resultado do acordo coletivo firmado em 2010. Tivemos um reajuste agora, mas este é relativo ao ano de 2011. Também não obtivemos resposta, até agora, por que a categoria não recebeu o reajuste referente ao acordo coletivo do ano passado. Obrigada. A SRA. JOANA (Assessora Técnica do CMS): Quero informar que na terça-feira na plenária da Eixo Baltazar, submetemos ao Conselho o edital e o cronograma eleitoral. Assim, já estão abertas as inscrições para as chapas. Ontem, recebemos recurso dizendo que teria havido mais uma reunião, da qual não tinham sido computadas as presenças e que tinha sido uma reunião extraordinária. Em vista disso, solicitamos à Coordenação a lista de presenças porque no Regimento não consta que as presenças sejam computadas apenas das reuniões ordinárias. Também nos posicionamos em relação à questão do eleitor porque havia pessoas que tinham assinado a lista de presenças e não eram moradoras da região, assim como o regimento também não era claro no tocante à questão da idade dos participantes, pois crianças tinham assinado a lista. A decisão da Comissão Eleitoral vai estar disponível no site, a partir de amanhã pela manhã, assim como a nova planilha de presenças. Obrigada. O SR. OLIR CITOLIN (CDS Leste): Estou trazendo um assunto muito sério, porque nós, usuários, temos deveres, mas não temos direito algum. Então, agora vou falar como usuário, visto que fui gestor por quatorze anos e sou trabalhador por mais de 20 anos. Trabalho na unidade Barão de Bagé, na Vila Jardim, na rua do Feijó, da Yeda. Lá há bonitas mansões, mas dentro dos quarteirões deveria haver pracas. Sabem o que aconteceu, de alguns anos para cá? Tudo se transformou em becos, com malocas. Na unidade Barão de Bagé há atendimento de odontologia, enfermagem, nutrição, serviço social, etc., contemplando crianças, adolescentes e adultos. De janeiro até junho foram disponibilizados 7660 consultas no posto, envolvendo todas as categorias profissionais. Vocês sabiam que, destas, 1350 consultas não foram utilizadas porque os pacientes faltaram às consultas? Atenção, este cartaz está na porta há muito tempo. (Mostra o cartaz) "Essas consultas poderiam ter sido utilizadas por outras pessoas que precisam! Não falte à sua consulta; se não puder comparecer, desmarque"! Eu vou do posto à maloca mais distante em cinco minutos. A pessoa mais idosa leva uns 15 minutos. Nosso posto atende em média quatro mil e poucos usuários, a agenda é aberta. Tínhamos uma agenda mensal, mas a fila era quilométrica. Acabou aquela porcaria! Com agenda quinzenal, acabamos também e agora utilizamos a agenda aberta o que possibilita à pessoa poder marcar diariamente, conforme sua necessidade. Ontem, quando passei em frente da pequena casa onde moro, na Vila Conceição, vocês sabem quantas consultas para clínico têm lá? São mais de vinte mil pessoas - e eu tinha de marcar consulta para a minha mãe, que tem 84 anos - e tinham cinco consultas, e daí tu tem que pagar cem "pilas" para o cara ficar na fila, porque eu não posso ficar porque tenho de estar no posto trabalhando feito cavalo, sozinho, com dois telefones me "enchendo o saco", mais a fila, mais os funcionários, os colegas. É muito difícil. Mas, quero chamar a atenção porque nós, usuários, temos deveres. E parece que nós só sabemos reclamar, e não temos nenhum obrigação. Temos de valorizar esses profissionais que são "muito bem pagos" para trabalhar. Quando o senhor fala aguilo que falou é verdade tudo o que foi dito, porque eu conheço aguilo lá. Barrichello, se eu estivesse no teu lugar eu não iria dormir um minuto seguer, porque eu iria andar naquele hospital e tu irias ver como aquela emergência iria funcionar. Então, não basta apenas reclamar. Temos a nossa parte de culpa sim. Também somos ociosos sim. Não venham dizer que não. Ponto eletrônico nós temos lá, mas não sei se funciona. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Como eu havia feito a justificativa da ausência registro nesse momento que a Conselheira Arlete Fante encontra-se presente. Lembro que recebemos um convite,

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392393

394

395

396

397

398

399

400

401

402 403

404

405

406 407

408

409

410

411

412

413

414415

416

417

418 419

420

421 422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

que já foi distribuído nesse Conselho, para a Conferência Municipal da Mulher, que ocorrerá amanhã, 19 de agosto, às 18 horas na Câmara de Vereadores. As inscrições ainda estão abertas, e está sendo convidada toda população de Porto Alegre. A reunião da delegação dos delegados de Porto Alegre para a Conferência Estadual irá ocorrer nesse auditório dia 23 às 18 horas. O convite foi a todos os delegados. Enviamos também por e-mail o lançamento da campanha de prevenção à AIDS, que foi transferido para a próxima semana, ainda sem data definida. Milton. O SR. MILTON DOS SANTOS (CDS Eixo Baltazar): Estou aqui para fazer um protesto – eu iria dizer contra a comissão, mas não falarei contra a comissão - contra a funcionária Joana. que foi no Conselho Distrital para trabalhar o regimento eleitoral. A Joana veio aqui e disse que uma criança se inscreveu. Quero dizer que essa criança esteve na reunião mas não se inscreveu, então ela está faltando com a verdade. O que aconteceu na reunião da distrital? O regimento eleitoral foi entregue no dia 21, em cima da hora. Nem todo mundo sabia que iria haver eleições, porque o regimento poderia ter sido entregue uns dez dias antes, mas foi entreque em cima da hora. Bom, houve interferência tendenciosa da funcionária Joana desde a segunda vez, quando ela participou, porque da primeira vez participou apenas um da comissão, que foi o Heverson, sendo que seriam três, o Heverson, a Joana e o professor Roger, que não apareceu até hoje. Mas, a partir de quando a funcionária Joana apareceu ela simplesmente tumultuou – e falo a palavra certa, tumultuou -, a discussão sobre o regimento eleitoral. Acontece o seguinte: a primeira reunião, do dia 21, tínhamos votado e aprovado até o artigo oitavo. No dia 19 a Joana chegou dagui para lá com uma mudança. Só que entendo que quando se vota uma coisa na plenária não se pode mais mudar, até porque as pessoas que não compareceram na plenária sequinte não ficarão sabendo o que é que foi mudado. Eu manifestei e a Joana disse que "vai ser assim porque já está decidido pelo Conselho Municipal de Saúde". Houve sumiço da lista de presenças porque havia a tendência de quem ninguém soubesse quem estava votando, na segunda vez. E outra: foram desrespeitados direitos de diversos segmentos que estão no regimento interno do Conselho Municipal, homologados, e foi tirado o direito de segmentos a votarem. Isso não pode acontecer porque está no regimento interno do Conselho Municipal e não pode o regimento eleitoral tirar esse direito. Então, quero dizer que eu não gostaria que esse regimento fosse aprovado, porque vai dar tanta confusão, porque foi decidido que quem participasse de uma reeleição somente pudesse votar. O Secretário pode votar, o Marcelo pode votar, porque participaram. Não diz ali que moravam na região. Tanto é que foi dito na terça-feira que tentaram mudar de novo, e nós não deixamos. Então, tem cento e setenta e uma pessoas que têm condições de votar. Obrigado. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Quero dizer, até por respeito a todos os Conselheiros, que quando abrimos o ponto dos Informes é para que sejam dados informes. Portanto, não está em discussão o regimento eleitoral do Conselho Distrital da Eixo Baltazar. Fizemos o informe da comissão eleitoral e não vamos abrir para discussão. O informe foi dado e não aceitaremos mais discussões a esse respeito. Conforme decisão do plenário do Conselho Distrital foi solicitado e o núcleo de Coordenação desse Conselho Municipal indicou a comissão eleitoral, que foi homologada por esse plenário, e cabe à comissão eleitoral coordenar o processo eleitoral, que está aberto, e as manifestações devem acontecer dentro do processo eleitoral. Conselheiro Milton: o senhor deve se manifestar dentro do processo eleitoral, devidamente, por escrito. O senhor tem direito de se manifestar todas as vezes que vem a esse plenário, e todos são testemunhas disso. Obrigada. Heverson. O SR. HEVERSON VILLAR DA CUNHA (CDS Restinga): Primeiro informe: está acontecendo o 5.º Congresso da Cidade e dia 26 de setembro terá uma plenária sobre o tema saúde. Comentei isso com a Letícia mês passado e estamos acompanhando. Hoje estava o Oscar, o Sr. Milton também estava lá, o Professor Denis também estava lá. Então, estávamos lá acompanhando. Tem gente muito interessada, que não participa do segmento da saúde, em querer mexer em

433

434

435

436

437

438

439

440

441

442

443

444445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460 461

462

463

464 465

466 467

468

469 470

471

472

473

474

475

476

477

478

479

480

481 482

483

484

485

algumas coisas. Então, como estávamos lá representando o Conselho e falando sobre algumas questões da saúde, as diretrizes e as necessidades para Porto Alegre são as que foram elencadas na Conferência Municipal de Saúde. Mas, como lá é outra instância serão apresentadas lá, elencadas e priorizada depois para o plano. Então, é uma outra instância de participação, e o Governo mesmo está chamando a população. Segundo, na nossa reunião de ontem no Conselho Distrital da Restinga acertamos a questão da coordenação, porque havia um erro quando remetemos o documento para cá, a gestora compareceu na reunião e disse que vai acompanhar as reuniões do conselho distrital a partir de agora, e remetemos para cá o ofício com a nova composição da coordenação. Aproveitamos também para fazer um debate das emendas e correções para o novo regimento interno do Conselho Distrital de Saúde da Restinga. Isso tudo foi entregue hoje na administra desse Conselho. Obrigado. O SR. GILMAR CAMPOS (CDS Lomba do Pinheiro): Sou coordenador do Conselho Distrital de Saúde da Lomba do Pinheiro. Quero dizer ao Secretário que recebemos o doutor de urgência e emergência no nosso conselho distrital, que foi muito bem recebido, ele nos esclareceu bem. E devemos não só criticar, porque as dúvidas que nós tínhamos clareamos com ele. Queria deixar isso registrado. A respeito da nossa sala do conselho conversamos com o Rui, coordenador do pronto atendimento, só que ele queria nos dar uma sala para dividir junto com a assistência social. Não aceitamos e quando aumentar o pronto atendimento vai sair uma sala para nós exclusiva. Queremos uma sala onde possamos fazer as reuniões, porque não adianta colocar junto com a assistência social, porque elas poderão estar ouvindo alguma pessoa e fica chato nós ficarmos ali juntos na mesma sala. Quero dizer também que desde que fui eleito tenho uma caixa com documentos públicos importantes do Conselho Distrital de Saúde, e alguns depois que saem levam a metade dos documentos, então quando eu sair vou entregar, mas outros na Lomba do Pinheiro quando saíram levaram a metade dos documentos. Outra coisa que gostaria que fosse vista é quanto ao nosso regimento do conselho, porque está difícil. O SR. JORGE MIRIN (Conselho Gestor do Grupo Hospitalar Conceição): Eu e o Marcelo fazemos parte do conselho gestor do GHC, e o vice-coordenador é o Sr. Paulo. Eu e o Marcelo fomos escolhidos para trazer aos integrantes desse Conselho uma comunicação a respeito de uma reunião extraordinária que vai haver no Conselho do GHC sobre o nosso regimento. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Mirim, esse assunto é pauta para a reunião de hoje. Vamos terminar os informes e abriremos para a pauta. O SR. JORGE MIRIN (Conselho Gestor do Grupo Hospitalar Conceição): Está bem, só vou entregar isso aqui, tu assina e eu levo de volta, vou fazer a minha parte que foi solicitada. Inclusive o Sr. Paulo na época estava lá com nós e foi ele que fez isso aqui, e é só entregar esse comunicado a você, você me assina e eu vou levar de volta esse comunicado. É só um documento para ser A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): A secretaria fará o recebimento do documento, colocando o carimbo. Quando o assunto estiver em pauta o senhor pode se inscrever e falar sobre esse assunto que está na pauta da reunião de hoje. A SRA. MÍRIAN WEBER (SMS): O meu informe é compartilhar com vocês que a partir dessa plenária eu represento o gestor, mas numa nova função, agora como Coordenador Geral da Secretaria. Assume a ASSEPLA a Lurdes Turra, que passa a representar na CETEC. Então, a partir de hoje, comunico a todos que estou em outra Secretaria, na Coordenação Geral ligada ao Gabinete e ao Secretário na função que o James executava. Coloco-me à disposição de todos no 4º andar, no Gabinete, para que possamos continuar construindo um SUS de qualidade. É isso, obrigada. (Palmas.) A SRA. REJANE HAIDRICH (Conselho Distrital de Saúde Eixo Baltazar): Boa-noite a todos. Sou usuária e estou atualmente como coordenadora da Região Eixo Baltazar. Como já foi dito aqui por outros conselheiros, na terça-feira, dia 16 ,tivemos a nossa plenária. E, neste dia - como tem acontecido ultimamente, as reuniões têm sido

487

488

489

490 491

492

493

494

495

496

497

498 499

500

501

502

503

504

505

506

507508

509

510511

512

513

514515

516

517

518519

520521

522523

524

525

526527

528

529

530531

532

533

534

535536

537

538

539

tumultuadas, acirradas em todos os assuntos - e, neste dia, eu fui humilhada, desrespeitada, fui chamada de corrupta, de incompetente por não fazer as coisas. Não vou levar adiante, mas achei que deveria colocar isso para a Plenária, para que saibam. Porque foi um participante. Como lá não temos o colégio nominado como todo mundo precisa estar, as entidades todas notificadas lá dentro, foi um participante da nossa plenária que me acusou, não deu nome, mas acusou a Coordenação da Eixo Baltazar de não ter feito o que deveria ter sido feito. Então, eu acho que esta plenária tem que saber. Ontem, eu me posicionei. Falei alguma coisa ao Núcleo de Coordenação, porque também faco parte do Núcleo de Coordenação. Mas achei que hoje eu deveria falar isso aqui, à plenária. E se for preciso também dou o nome da pessoa. É o Terres. O Terres me acusou de incompetente, de tudo o que eu não precisava ter ouvido. Todo mundo sabe que quando a gente se torna conselheiro, assume e abraça uma causa, é como voluntariado, porque não se ganha nada com isso. Mas acusar as pessoas e principalmente vindo da pessoa que ele é, vindo dele, que é um conselheiro daqui do Conselho Municipal, que me conhece, também não achei justo. Não achei justo o que você fez, Terres! Está aqui a minha carta, que estou deixando nas mãos da Coordenadora relatando o assunto. Independente de se eu fiz bem ou não a gestão, isso foi um desrespeito a minha pessoa. Cabia a mim fazer um BO e acusá-lo também! Mas não faço em consideração, porque penso que a minha saúde não precisa mais disso! Estou encerrando o meu mandato. Não preciso mais ficar aqui. Muito obrigada a vocês. (Palmas.) O SR. ALBERTO MOURA TERRES (Conselho Regional do Serviço Social): Quero dizer o seguinte: a Eixo Baltazar é uma região de muitos movimentos sociais e de muitas disputas. Isto não é só na saúde, é no Orcamento Participativo, é na Comissão de Habitação, é na Comissão de Segurança. Isto faz parte do DNA da Região Eixo Baltazar, tendo em vista que aquela região é uma região que é habitada por pessoas que, para conseguirem a água, o esgoto, a energia, sempre tiveram que brigar com os governos. Porque é uma região de reassentamento, de ocupação, onde as pessoas vão lá ocupar a área para garantirem o seu direito constitucional de habitação. Se for para dentro do Orçamento Participativo, vai ver como é que é aquela região na luta pela habitação. Ontem houve o Fórum Regional do Orçamento Participativo onde a pauta era a habitação. Havia 86 pessoas lá para discutirem habitação. Então, dentro da região do Eixo Baltazar a disputa sempre aconteceu. Sempre foi disputa democrática e legítima por parte das comunidades. Agora, neste processo que está acontecendo lá, que é da eleição do Conselho Distrital, também há disputa. O que é normal naquela região. São disputas duras que existem lá. Agora, se as pessoas não estão acostumadas com disputas. bueno, lá na Eixo Baltazar todas as comunidades são assim também. Como a própria Rejane disse, ela foi ofendida, embora não tenham citado o nome dela. O que eu falei ontem lá é que eles guerem que um grupo de pessoas faça eleição e insiram para votar o nome do Secretário Bósio, o nome de um outro conselheiro da região Noroeste, que foi em uma reunião; e querem fazer com que vote, o nome de uma criança de dez anos que está na listagem, estão defendendo que esta criança vote. E aí o que fizemos ontem na reunião? Dissemos que não aceitamos que esta nominata seja a nominata para a eleição. Nós queremos só os conselheiros da região, de acordo com o que diz o regimento interno. E eles não aceitaram. Eles não aceitaram! Nós cobramos o regimento interno do Conselho Distrital de Saúde. Não existe o regimento interno do Conselho distrital de Saúde, a exemplo de outras regiões. O que eu falei? Eu disse que esta coordenação não teve a competência de construir um regimento interno do Conselho. Esta coordenação. Eu não citei nomes. Foi isso que eu disse. Isso é perfeitamente entendido. Não construiu, portanto não pode usar um regimento interno que não existe. Por outro lado, que pessoas que estão defendendo esta posição, e eu pensei que fui extremamente solidário com a Joana, a Joana ouviu isso, fizemos um documento, trouxemos e entregamos para a Comissão Eleitoral. A Joana ouviu e sei que o Héverson ouviu também. Esta pessoa disse o seguinte: "Eu não quero concorrer

541

542

543

544545

546

547

548549

550

551

552553

554

555

556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568569

570

571

572

573

574575

576

577

578

579

580

581

582

583

584

585

586 587

588

589

590

591

592

593

a nada, eu guero ver o circo pegar fogo!" Este foi o termo usado. Estão a Joana e o Héverson que ouviram isso. Aí, o que vamos pensar? As pessoas não estão preocupadas com o Sistema Único da região. Por outro lado, Secretário, eu quero aqui também comunicar que fomos avisados por trabalhadores de que a Gerência da Região estava liberando ponto para funcionários irem à plenária para dar o inchaço. Ontem havia funcionário que nunca compareceu. Eu fiz questão de perguntar quantos funcionários aqui, quantas pessoas que estão aqui, é a primeira vez que vêm? Os trabalhadores levantaram a mão. Havia trabalhadores com o crachá da prefeitura. Denunciaram para nós que foram incentivados para irem lá votar, iunto com a posição que a Gerência pediu. É perfeitamente democrática a disputa que está havendo. Agora, há pessoas que não querem defender o Sistema Único de Saúde. Este que está dizendo que terminou o prazo, o seu Milton, foi o que disse que queria ver o circo pegar fogo. Foi o Milton que disse isso ontem lá! (Tumulto no plenário.) A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Eu vou passar a palavra para o Secretário Casartelli. Devo dizer que não há mais ninguém inscrito para este assunto. Não há mais ninguém inscrito para este assunto! Isto não é um debate, isto é um informe! Não, não pode! Não pode! Quem vai falar agora é o Secretário e depois nós vamos entrar na pauta. Os senhores se inscrevam, se quiserem falar sobre o tema da pauta. Certo? Ele não falou meia hora. Eu tenho agui o registro no relógio. Então, por favor, vamos dar prosseguimento à reunião. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): Primeiro. quero fazer uma pergunta. A que horas foi a plenária? Às 19 horas? Como o Terres está fazendo uma acusação contra a Gerência da região, eu gostaria que ele me passasse por escrito esta acusação, porque quero verificar isso, ou seja, quais foram os funcionários que se afastaram. Segundo, às 19 horas não é o horário de trabalho da Unidade de Saúde, só se eram os servidores do pronto-atendimento ou dos hospitais. Porque este horário das 19 horas não é horário de funcionamento das Unidades de Saúde. Bem, independente de qualquer disputa, que eu acho que toda disputa democrática pode ser acirrada, pode ter um nível que, muitas vezes, ultrapassa a razoabilidade que deveria ter. Penso que tudo isso pode ser aceitável. É diferente de faltar com o respeito. Eu não estava lá para ver, mas chamaram alguém de corrupto. E este tipo de coisa, realmente, é inaceitável. Mas eu não sei se isso ocorreu ou não, Agora, às 19 horas não é o horário de funcionamento de nenhuma Unidade Sanitária. Se houve liberação, quero que me passe por escrito o nome das pessoas que estavam lá para ver se estavam de fato no horário de trabalho. Eu não sei se a Gerência mandou ou não mandou. Se mandou, mandou por conta própria, e os funcionário participaram. Se mandou, Terres, eu quero dizer que isso também é um processo democrático. Eu posso mandar a qualquer Gerência Distrital de qualquer região gente do PTB, da Secretaria de Saúde e isto é democracia. Faz parte da democracia as pessoas fazerem isso. Agora, faz por escrito que eu quero ver que folga é essa. Eu quero ver quando é que as pessoas vão tirar folga, mas me faz por escrito esta denúncia que eu vou abrir uma sindicância, tu vais ser chamado para explicar, assim como a gerente e os servidores vão ser. Se alguém realmente fez isso, de dar folga para que as pessoas comparecessem como cidadão, qualquer um pode. Se foi dada folga para as pessoas comparecerem na reunião, e não podia, vai ser motivo de sindicância e se for comprovado, as pessoas vão ser devidamente punidas. Se não for, as pessoas deverão entrar com um processo contra o Terres pela acusação que ele está fazendo, o que também é democrático! A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Não vai dar para mais ninguém falar. Vamos deixar para a próxima reunião. Vamos ter uma reunião extraordinária na semana que vem só para discutir este assunto. Não vai dar. Já estamos aqui com dificuldade de horário e sem microfone. Passamos à PAUTA. Temos dois pontos de Pauta, mas me parece que teremos tempo apenas para discutir o primeiro que é o Conselho Gestor do GHC. Para fazer essa discussão, tivemos como

595

596

597

598599

600

601

602

603

604 605

606

607

608

609 610

611

612

613614

615

616 617

618

619

620

621

622623

624

625

626 627

628

629

630

631 632

633

634

635

636

637

638

639

640 641

642

643644

645

646 647

base o regimento interno do Conselho Municipal de Saúde que diz: Os conselhos gestores são instâncias descentralizadas do Conselho Municipal de Saúde, para atuação junto aos hospitais, ao centro de referência em saúde do trabalhador, serviços públicos de urgência do município de Porto Alegre. Os conselhos gestores têm como objetivo avaliar o alcance das propostas, tratar do planejamento, fiscalizar e representar os seus fins, com o intuito de cumprir e fazer cumprir os termos dos contratos e/ou convênios com os hospitais, serviços públicos de urgência com o Sistema Unico de Saúde visando o funcionamento dos serviços prestados. Os conselhos gestores serão integrados por, no mínimo, oito (8) membros, respeitando a paridade com o segmento dos usuários, eleitos pelo plenário próprio, homologados pelo Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, com pauta específica convocada para este fim. Vou ler até aqui... (Manifestação de conselheiro pedindo que seja lido inciso VIII, do art. 18) Será encaminhado ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde para discussão e aprovação... (Conselheiro interrompe a Srª Coordenadora.) Gostaria que me deixassem exercer a coordenação dos trabalhos e respeitassem o momento de introdução do tema ora proposto. Vocês são conselheiros deste Plenário e, até o dia de hoje, não conseguiram se acostumar com a dinâmica deste Plenário! Por favor, quero poder concluir a introdução do tema, de fazer o "entenda o caso", porque é uma prática que temos utilizado aqui, até para dizer que esses assuntos não são assuntos ocasionais de conselheiros que vêm ao Plenário, muitas vezes, apenas em alguns momentos. Este Conselho tem uma história que precisa ser respeitada e tenho feito questão de que isto aconteça. Então, por favor! (Conselheiro diz que apenas havia feito uma pergunta.) Mas a sua pergunta atrapalha, faça-a depois; vamos abrir a Pauta e todos terão o direito de se inscrever e perguntar. Quero me desculpar porque estou perdendo a paciência! (Tumulto no Plenário.) A SRA. SÔNIA CORADINI (CDS Centro): Questão de encaminhamento. Ou se respeita a Coordenação do Conselho ou se vota a retirada do conselheiro que está atrapalhando a continuação dos trabalhos. Eu não estou consequindo ver o que está acontecendo porque as pessoas ficam conversando e tratando de outras questões. O SR. OSCAR PANIZ (CDS Centro): Exatamente. O SR. CARLOS CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde): A Letícia está conduzindo a reunião, como sempre, pois ela é a Coordenadora do Conselho e eu gostaria, independente de que haja ou não discordâncias, que todos temos o direito de ter, quero lembrá-los de que estamos realizando um plenária sem microfone e, independente disto, é preciso que as pessoas que estão à Mesa sejam respeitadas e respeitar a Coordenadora do Conselho, independente de opiniões que sejam diferentes.(Palmas.) Peco que nos permitam continuar a reunião e que a Letícia tenha o direito de fazer a sua exposição e, depois, entraremos no debate do regimento, que nem eu sei qual é a posição correta e a Letícia sabe melhor do que eu. Então, peço que as pessoas tenham um pouco de tranquilidade, paciência e respeito. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Quero ressaltar que para chegarmos até este momento houve todo um histórico e é isto que quero trazer para vocês. No dia 6 de maio de 2004, foi apresentada a proposta de constituição do Conselho Gestor do GHC, por um dos diretores do hospital que, inclusive, se encontra entre nós, que é o Dr. Gilberto Barichello. A ata desta reunião está disponível no site do Conselho. No dia 27 de setembro de 2009, foi encaminhado para o Conselho Municipal de Saúde o regimento interno do Conselho Gestor, aprovado em 26 de setembro, pelo plenário do Conselho Gestor e vigente até o dia 17-02-2009. No dia 24 de julho de 2009, recebemos cópia do regimento eleitoral do Conselho Gestor do GHC. No dia 31 de julho de 2009, o Conselho Municipal de Saúde recebeu um novo regimento eleitoral, na versão de 18-02-2009. Diante desse número de regimento e documentos, veio para o Núcleo de Coordenação, isto em 2009, em virtude de que haveria um processo eleitoral do Conselho Gestor do GHC. Em vista disso, solicitamos ao Prof. Roger, que como todos sabem compõe o Núcleo de Coordenação deste Conselho, que fizesse uma análise

649

650

651

652653

654655

656

657

658

659 660

661

662

663664

665

666

667 668

669

670 671

672

673

674 675

676 677

678 679

680

681

682 683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695 696

697

698

699

700

701

desses documentos, ou seja: primeiro regimento do Conselho Gestor, 2º regimento do Conselho Gestor e do Regimento Eleitoral. Ele elaborou um documento e o Conselho Municipal de Saúde, Coordenação, Oscar e eu, chamamos até aqui o Conselho os coordenadores e candidatos à coordenação do Conselho Gestor do GHC: Alair Rosinete e Sérgio Margues, entregando a eles esse documento elaborado pelo Prof. Roger e que fazia uma análise dos documentos, fazendo algumas referências sobre irregularidades, sendo uma delas o fato de que o regimento não havia sido submetido ao Plenário do Conselho Municipal de Saúde. Depois disto, os conselheiros não aceitaram a orientação do Conselho para protelar a eleição, em virtude de que deveriam ser feitas essas acomodações. Eles comunicaram que prosseguiriam com a eleição e não acataram a orientação do Conselho. No ano seguinte, chamamos à Coordenação do Conselho os representantes do Conselho Gestor do GHC, oportunidade em que compareceram o Sr. Paulo Goulart, Sr. Valdir Bom Gass e o Sr. Sérgio Marques e, na ocasião, reiteramos toda essa questão sobre os documentos que havia sido levantada pelo Prof. Roger, solicitando que fossem feitas as alterações necessárias e que constituíssem, para tanto, um grupo de trabalho do Conselho Gestor, para que pudessem apresentar-nos as modificações e para que o Plenário, como diz o nosso regimento, pudesse se manifestar. Esta orientação também não foi levada a efeito e, depois disso, tivemos uma série de manifestações, solicitações dos conselheiros deste Conselho que representam o Conselho no Conselho Gestor do GHC, para que fizéssemos uma reunião com o Conselho Gestor do GHC e com a direção do Hospital. Reunimos os representantes do Conselho Municipal, marcamos uma reunião com a direção do GHC e definimos constituir um grupo de trabalho que faria uma nova proposta de regimento interno para o Conselho Gestor, adequando ao regimento interno do Conselho Municipal de Saúde. Este grupo foi formado pelo Sr. Paulo Goulart, pelo Dr. Barichello, por mim, pela Heloisa, assessora do Conselho, pelo Carlos Duarte, representante do Conselho Estadual de Saúde pelo Sr. Sérgio Marques, que não compareceu às reuniões do grupo de trabalho, e pelo Prof. Roger. Depois de algumas reuniões concluímos a proposta de regimento interno para o Conselho Gestor e, hoje, a estamos trazendo, de acordo com o nosso regimento, para apreciação dos senhores. Todos receberam, na reunião passada uma cópia do documento e também foi enviado por e-mail para todos os conselheiros. A palavra com o Oscar para que proceda à leitura do documento. O SR. OSCAR PANIZ (CDS Centro): (Lê proposta de regimento interno do Conselho Gestor do GHC). A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): (Após a leitura). Estão inscritos o Mirim, o Flávio Becco, a Karen e o Marcelo. O SR. JORGE MIRIN (Conselho Gestor do Grupo Hospitalar Conceição): Eu penso da seguinte maneira: para mim não tem importância qual é o regimento, se vai ser este ou não. A pergunta que eu gueria fazer para a coordenação é se este que foi lido é uma proposta ou se já é o regimento. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): É uma proposta que está vindo para deliberação do plenário. O SR. JORGE MIRIN (Conselho Gestor do Grupo Hospitalar Conceição): Mas no nosso caso, no Conselho Municipal, não consta, por isso que eu quis que lesse a décima. A plenária não é soberana para elaborar o nosso regimento e trazer para os senhores, conforme a lei? Não é assim que funciona? A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): O senhor quer que eu lhe responda agora? Não sei se todos prestaram atenção. Em todo o processo e todo o tempo que foi designado para o Conselho Gestor fazer esta análise, ele não fez. Ele preferiu seguir cometendo as irregularidades que nós apontamos. Nós já tínhamos motivos, inclusive, para destituir o Conselho Gestor. E não o fizemos, porque entendemos e acreditamos na democracia. Seguimos dando tempo ao Conselho Gestor, tivemos dois anos, e isso não ocorreu. O Conselho Gestor muitas vezes, através de ofícios, negou o ofício do Conselho Municipal de Saúde assinado por mim, homologando o nome dos conselheiros Flávio

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717718

719

720

721

722

723

724

725

726 727

728

729

730

731

732

733

734

735

736

737738

739

740

741

742

743

744

745

746

747

748

749

750

751

752

753

754

755

Becco e Rejane Haidrich para compor o plenário do Conselho, não aceitou. Entendeu? Então, isso também foi um dos motivos pelos quais achamos que deveríamos constituir este grupo de trabalho para fazer esta proposta de regimento, inclusive contando com a presenca do coordenador do Conselho, que não se fez presente no grupo de trabalho. Então, hoje vamos colocar em votação esta proposta de regimento. É isso! O SR. JORGE MIRIN (Conselho Gestor do Grupo Hospitalar Conceição): Mais uma pergunta, na realidade, tudo o que foi, deste período para trás, nada serviu? A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Serviu. Só que está em desacordo. Não está de acordo com o regimento interno. O SR. JORGE MIRIN (Conselho Gestor do Grupo Hospitalar Conceição): Surpreende-me, porque nós viemos desde de 2004 trabalhando. Surpreende-me que de repente, de uma hora para outra, de seis a oito meses, estoura tudo e acaba tudo. Esta é a realidade. Como eu vejo é assim. Desde 2004 temos um regimento. Pela sua leitura notei que através das denúncias dos conselheiros municipais é que chegaram a esta conclusão. Não foi isso? Eu acho que eu caí ali. Desculpa, mas eu não gostaria de intervenção, porque eu fiz uma pergunta. Porque já fui contestado muitas vezes sobre o próprio regimento. Eu perguntei, a coordenadora sabe disso, porque fui procurá-la e foi contestado o próprio regimento. É por isso que estou realmente tentando entender. Porque quem quer participar tem que entender e quem não entende tem que procurar entender. Esta é a situação. Eu estou aqui diante de um regimento que nós produzimos, no caso, vocês fizeram uma chamada a que veio o Dr. Barichello. Para mim não importa o regimento. O que me importa é cumprir o regimento. Em todos os conselhos, o que deve ocorrer é cumprir o regimento. Cada vez que se faz uma eleição, o regimento é adequado à situação. É isso que eu não consigo entender. Como é que podemos ser do controle social, se nós não conseguimos entender o regimento, porque a cada eleição o conselho é adequado àquele regimento? Como é que um Conselho máximo, um Conselho Municipal, que é a máxima instância, depois vem o Conselho Estadual e Nacional, deixa chegar a uma situação desta? Ou como é que se deixa chegar a uma situação na saúde pública. Eu sou o controle social, vejo um monte de problemas e todo mundo discute regimento. E, na hora da votação, os regimentos são sempre burlados. Tivemos um problema na Eixo Baltazar, problemas mais não sei onde, ou seja, sempre há problemas. O Grupo Hospitalar Conceição ó tem um CGC, como é que vão desmembrá-lo? Eu perguntei para o senhor se o Grupo Hospitalar Conceição tinha um só CGC e o senhor disse que tinha. Ah, bom, então o senhor explique. Como é que pode uma instituição que só tem um CGC ser dividida em partes? Porque o Conceição, a Criança e o Cristo Redentor estão na mesma área de abrangência; o Fêmina, não. Se for aprovado este regimento, que figue bem claro e que conste em ata que cumpram o regimento e não o mudem na hora da votação! A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Que é o que vocês fizeram lá! O SR. OSCAR PANIZ (Vice-Coordenador do Conselho Municipal de Saúde): Eu só quero lembrar uma parte da história que o conselheiro não conhece ou não quer conhecer, que até um certo momento o Conselho Gestor funcionou muito bem. Houve um momento em que vocês tinham uma proposta de mudança de regimento, tinham que encaminhar para nós, e isso não foi feito. A partir daí, começou todo o problema. Então, esta é a parte da histórico que tu tens que lembrar bem, porque foi a partir daí que começou o problema. Certo? E os regimentos aqui não são casuísticos. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde): Uma questão de ordem. Eu realmente acredito que o CGC não tenha que ser levado em consideração. Se- não, vamos pegar a Prefeitura de Porto Alegre que tem um único CGC. Então, vamos ter um único Conselho para todas as Unidades de Saúde e para os dois hospitais. Por isso, o CGC não pode ser parâmetro. A SRA. KAREN OLIVEIRA FURLANETO (Sindicato dos Enfermeiros): Eu gostaria de iniciar pedindo um pouquinho de paciência para vocês, porque pode parecer uma discussão banal, difícil de entender para quem não

757

758

759

760 761

762

763

764

765

766 767

768769

770

771

772

773

774

775

776

777

778

779

780 781

782

783

784 785

786

787

788

789

790

791

792

793

794

795

796

797

798

799

800 801

802

803 804

805

806

807

808

809

participou de todo este processo. E é um texto extenso. Então, peco um pouco da atenção de todos. Este processo é longo, vem acontecendo, como a Letícia relatou, mas nos últimos meses o Conselho resolveu intervir. Neste momento, ele chamou algumas pessoas que ele achou por bem: a direção, o coordenador do Conselho do GHC e nenhum trabalhador. Não participaram os trabalhadores desta reunião. Em paralelo esta discussão, foi feita dentro do Conselho. A que conclusões se chegou depois de algumas discussões - o Dr. Barichelo participou e vai falar depois. O problema que foi apontado pelo Conselho é que ele não teria sido homologado. Então, votamos, na penúltima reunião, que mantivesse este mesmo projeto que estávamos usando, porque consideramos que, bem ou mal, ele foi válido durante este período; e que viesse para ser homologado. Que, se precisasse ser construído outro, que fosse. Foi até feito um grupo de uma plenária lá dentro do Conselho Gestor em que havia usuários, trabalhadores e direção, para fazer esta discussão. A proposta foi, no final, votada para que mantivesse e encaminhasse para a plenária do Conselho Municipal de Saúde o mesmo regimento que vinha sendo usado. Mas este não é o problema. Este é mais extenso, é mais detalhado, talvez venha a dirimir outras dúvidas que possam surgir. Qual é o grande problema que surgiu na plenária e que o Sindicato dos Enfermeiros precisou se manifestar para dar a sua posição? Há duas grandes alterações para nós. Primeira, a divisão do Conselho Gestor do GHC que hoje é Conselho Gestor do GHC, que pensa o GHC como um todo, as ações, as avaliações, as fiscalizações e há pessoas que participam de todos os locais. Talvez não tenha ficado esclarecido para as pessoas, mas este que foi lido, com 32 pontos, é do Conceição. Depois haveria o dos outros hospitais também. Então, é um para cada hospital. O que avaliamos na plenária? Que já há dificuldade de as pessoas participarem, vocês sabem, interessarem-se, que votem, que efetivamente conheçam a instituição. No momento em que dividirmos, isso vai ficar mais complicado ainda, tanto em haver a participação das pessoas daqui mesmo, do Conselho Municipal, quanto do estadual, quanto dos trabalhadores. Outro grande ponto que foi mudado, não sei por que, não havia trabalhadores, é a representação dos trabalhadores. Como se dá hoje no GHC? Representantes dos sindicatos. O GHC tem 7 mil funcionários. É muita gente. Como é que se dá hoje? Os representantes dos sindicatos, no que possível, distribuem estas vagas, para que elas não figuem numa categoria só, que possam representar mais as profissões. Isso não é postura só do Sindicato dos Enfermeiros, porque foi em plenária também pelo Sindicato dos Assistentes veementemente. E a plenária concordou. Então, estamos abertos à discussão. Este não tem problema, porque ele é mais completo, mais detalhado, traz coisas que o outro não tem, mas dividir o Conselho Gestor do GHC é um erro. Nós vamos pagar por isso ao longo do tempo e vamos ver aonde vai chegar. A quem beneficia ser dividido? Quem é que vai participar? Qual é das partes que pode participar dos três lugares? Quem se beneficia aparecendo em mais lugares? São os trabalhadores, os usuários ou a gestão? Acreditamos que deve ser mantida a representação dos trabalhadores por sindicatos. Se formos convidados participaremos da discussão. Obrigada. O SR. MARCELO (SINDISAÚDE): Boa-noite. Fui escolhido pelo Sindicato para fazer parte do Conselho Gestor do GHC. Trabalho na emergência do Hospital Conceição e tenho um ponto de vista muito parecido com o que foi colocado pela enfermeira, aqui, a respeito de o sindicato representar os trabalhadores, até por que, conforme foi explicado, cada categoria terá o seu representante eleito pelos trabalhadores, o que é muito importante. Concordo também, como foi dito pela enfermeira, que todos sabem da luta, mas nem todos estão dispostos a participar. Hoje mesmo estamos tentando fechar uma convenção coletiva, mas há apenas 30 lá participando, no entanto, todos querem receber o reajuste. Todos nós, trabalhadores, diretores, usuários temos as nossas ocupações, o nosso trabalho e deixamos de estar com nossas famílias para estar aqui discutindo saúde. Isto é muito bom! Mas, estamos falando de uma entidade que já existe, não é uma entidade nova. Estou chegando agora ao Conselho Gestor e se ele

811

812

813

814815

816

817

818

819

820

821

822

823

824

825826

827

828

829

830

831

832

833

834

835

836

837

838 839

840

841

842

843

844

845

846847

848

849

850

851

852

853

854 855

856

857

858

859

860

861

862

está errado, gostaria de tentar arrumar o que está acontecendo. O trabalhador novo quando chega vem com todo gás. Temos, também, uma plenária, talvez não tão qualificada quanto esta. O nosso secretário quando esteve aqui tirou o papel da mão da Letícia, da mão do Secretário Casartelli; pedimos desculpas por tal atitude. Lá no Sindicato pregamos o respeito e se erramos, estou agui me desculpando. Lá na nossa plenária dei o exemplo do Mcdonald's. Se um milionário quer pegar uma franquia do MCDonald's, ele terá que reproduzir, aqui, o mesmo tipo de lanche que é oferecido num determinado país. A isto chamo de subordinação! Agora, quantos funcionários ele terá, que salário ele irá pagar, isto depende dele e a isto chamo de autonomia. Então, o que peço a vocês é que nos deixem fazer uma proposta - ou melhor, já fizemos - já houve uma comissão escolhida pela plenária do Conselho Gestor, fizemos um trabalho, redigimos um novo regimento e gostaríamos de ter a oportunidade de apresentar este regimento que é fruto de um trabalho que nos foi confiado pela plenária do Conselho Gestor. Será que não temos competência para fazer um regimento e colocar para apreciação do Conselho Municipal de Saúde? Que bom que existe o Conselho Municipal de Saúde; que bom que sou subordinado ao Conselho Municipal. Que bom que existem os conselhos porque eles são fiscalizadores, eles não devem brigar entre si. Pedimos que nos dêem um voto de confiança porque, ao meu ver, temos todas as condições de trazer para este Plenário uma proposta de regimento que, aliás, já está pronta. Sou contra o desmembramento do Conselho Municipal, em virtude da quantidade de pessoas que vão estar nessa luta. Obrigado. O DR. ALCIDES POZZOBON (Federação dos Hosp. e Estab. de Saúde do RGS): Senhores Conselheiros, gostei dessa proposta que foi apresentada. Ela é muito completa, é muito circunstanciada e quem já passou pelo GHC, todo mundo sabe que já fui o Barichello, fica feliz em ver esse interesse com esses quatro hospitais que abrigam sete mil funcionários. Mas, que pena que a proposta do então Conselho Gestor não tenha chegado antes, ela poderia ter chegado a tempo e a hora, mas houve razões que fizeram com que a Coordenação entendesse que um grupo de trabalho poderia efetuar esse trabalho, porque não foi recebido, avaliado como uma proposta. Tive conhecimento do quarto regimento por intermédio de um conselheiro estadual que andava perambulando pelo Conselho Estadual e mostrando que estava reivindicando uma vaga no Conselho Estadual, em virtude desses quatro hospitais atenderem muitos pacientes da região metropolitana e do próprio Estado. Mas, acho que está contemplando que um dos integrantes desse conselho seria indicado pelo Conselho Estadual de Saúde. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Eles pediram duas vagas. O DR. ALCIDES POZZOBON (Federação dos Hosp. e Estab. de Saúde do RGS): Por outro lado, esse argumento de concentrar numa única pessoa, considerando o tamanho do Hospital, com os seus mais de sete mil empregados, é pouco e creio ser uma benesse ter oito trabalhadores representando o que faz o Grupo Conceição; dois de cada um deles é melhor do que apenas dois fazerem de tudo. Como ninguém ganha nada com isso, vamos buscar entre os trabalhadores uma maior representação. Lamento que não tenhamos aqui o outro projeto, lado a lado com este que foi apresentado, mas gostei deste que foi apresentado. Para concluir, quero fazer um momento de cultura geral. A técnica manda, quando se faz, decretos, etc., que até o número novo se utilize a numeração ordinal e, do número dez em diante, se utilize a numeração cardinal. Assim, peco que seia feita a correção na proposta do regimento que foi apresentada.(Risos) O SR. OSCAR PANIZ (CDS Centro): Há alguns detalhes que, simplesmente, requerem uma correção! A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde): Inscrevi-me para complementar o histórico. A Letícia foi muito generosa quando contou a história dos problemas do Conselho Gestor. Não foram apenas os que ela contou! Para começar, o Conselho Gestor foi constituído pelo nosso regimento interno, que foi renovado, vocês lembram, depois do Conselho Gestor e este estava em desacordo com o regimento exatamente por que o nosso regimento prevê

865

866867

868869

870

871

872

873

874

875

876

877

878

879

880

881

882

883 884

885

886 887

888 889

890

891

892893

894

895

896

897

898 899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909 910

911

912

913

914

915

916

917

um conselho para cada unidade hospitalar. O Conselho Gestor do GHC, inclusive, queria intervir sobre as unidades de saúde do Conceição, que fazem parte do GHC, mas cada uma tem o seu conselho local. Que confusão é essa, afinal? Aí, o GHC vai constituir um CEO, um CAPS fora do GHC? Eles querem fiscalizar esse equipamento que está lá fora, mas esse equipamento tem que ter um conselho local! Então, essa situação estava em desacordo. A coordenação do Conselho Gestor não reconhecia sua subordinação ao Conselho Municipal de Saúde. Eles reiteravam, em qualquer momento de reunião, de ofício, de discussão, que eles eram subordinados ao Conselho Nacional de Saúde porque fazem parte de um hospital de âmbito federal e não conhecem a rede do SUS. Então, dizer que não se sabe o que acontece lá é dar a entender que o Município de Porto Alegre não tem conselho gestor dentro dos seus hospitais. Cada hospital municipal, o HPV, o HPS, tem um conselho gestor. Está presente a Coordenadora do Conselho Gestor do HPS, trouxe projetos para serem aprovados aqui, avaliados e deliberados pelo Conselho Gestor; possui representante dos usuários, dos trabalhadores do Hospital e também representante da direção do Hospital. Se os trabalhadores não participaram dessa discussão não foi por uma decisão do Conselho Municipal de Saúde. Dividimos a comissão que discutiria o grupo de trabalho, paritariamente entre nós e o Conselho Gestor. Solicitamos que o Conselho Gestor indicasse representante e, sequer, o Coordenador do Conselho Gestor participou disso. O Dr. Barichello deliberou e indicou as pessoas que representariam o Hospital no Conselho Gestor. Foi um problema da própria participação. Essa discussão foi entregue aos conselheiros há mais de um mês. O Conselho Gestor do GHC teve dois anos para reformular o seu regimento interno e não o fez, não o fez e se negava a ser instruído ou se subordinar ao Conselho Municipal de Saúde. Esta é a verdadeira situação! Este documento ora apresentado foi distribuído a todos e o Conselho Gestor recebeu a primeira versão, a segunda e a terceira versão. Os trabalhadores fazem parte do Conselho Gestor, não se manifestaram em nenhum momento e não trouxeram sua questão antes da derradeira hora, foram trazer hoje, no prazo final para apreciação do Plenário. Então, penso que realmente não querem fazer as coisas mudarem, querem empurrar para que a coisa vire conflito maior do que o necessário. A nossa impressão foi de que o Conselho Gestor se negava a fazer o processo de reformulação que se faz necessário, até por que o regimento interno do Conselho Gestor é anterior ao regimento interno deste Conselho e precisava a ele se adeguar. (Palmas.) A SRA. IONE NICHELE (CDS Noroeste): Foi dito agui pelo Seu Jorge que, a partir de uma denúncia de conselheiros foi que tudo começou. Acontece que acompanhamos todos esse processo durante dois anos e os nossos representantes vivenciavam tudo e, por isto, sabíamos o que estava ocorrendo. No entanto, o Conselho não podia tomar nenhuma medida se aquela situação não fosse explicitada. Para tanto, numa plenária agui no Conselho Municipal de Saúde, eu – estou falando por mim, estou falando claro, não inventei a roda, não quero dizer que os conselheiros que fizeram a denúncia foram os responsáveis - disse que queria trazer uma situação que era preocupante, a respeito do Conselho Gestor do GHC, que não se considerava parte deste Conselho. Isto é gravíssimo. Eles não entendem a rede do Sistema Único de Saúde, eles entendem que o que for aprovado lá está feito. Há uma insubordinação total por parte dessas pessoas que não entendem como funciona essa engrenagem. A partir da denúncia que foi feita aqui na frente, apareceu em ata, o Conselho resolveu tomar providências. Queremos que todos colaborem, o senhor chegou agora, está bem intencionado, o senhor é uma pessoa que está aberta à discussão, mas as pessoas que estavam lá até há pouco não eram. Infelizmente o senhor chegou na fase final, talvez se o senhor tivesse chegado há alguns anos pudesse ter influenciado outras pessoas a sentarem e discutir, porque elas não aceitavam e diziam ser um hospital federal, um hospital que tem projetos com o Ministério e, portanto, temos que nos reportar ao Ministério. Em todos os lugares existe uma hierarquia, até na nossa casa, e a hierarquia tem que ser respeitada. (Palmas.) A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA

919

920

921

922923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

955

956

957

958

959

960

961

962

963

964

965

966

967

968

969

970

971

GARCIA (Coordenadora do CMS): Tem a palavra o Dr. Gilberto Barrichello. O SR. GILBERTO BARICHELLO (Diretor Administrativo e Financeiro do GHC): Boa noite. Primeiro, quero dizer que o Dr. Nery e o Dr. Neio que, comigo, são colegas de direção, estão de pleno acordo ao encaminhamento do Conselho, e temos a compreensão de que o Conselho Gestor tem de se submeter às deliberações do Conselho Municipal de Saúde, tanto é que assim é que foi encaminhado. Se há problemas no regimento, coisas que estão em desacordo com as normas regulamentares de questões dos conselhos gestores, não há problema nenhum em se adequar às normas, e é isso que estamos fazendo hoie. Nesse caminho havia uma incompreensão não por todo conselho gestor, mas por parte do conselho gestor que dizia que não se submete às deliberações do Conselho, embora o regimento – que tem problemas – já dissesse, no artigo terceiro, que se submetia às deliberações do Conselho. Portanto, são outros problemas. Tanto é verdade que o atual Presidente está no terceiro mandato. Alterouse o regimento para ele ficar no terceiro mandato, e não submeteu sequer a aprovação de alteração do regimento aqui nesse Conselho. Então, está errada essa forma. Quero dizer que o Conselho Gestor, mesmo com esses problemas, esta fazendo um excelente trabalho no GHC, com reuniões ordinárias, com críticas, elogios, cobranças, sugestões. Estão aqui a Rejane, o Paulo, o Jorge, o Marcelo, vários conselheiros nossos aqui que fazem um bom trabalho. Bem, o que é que estamos fazendo aqui? Não estamos agui prejudicando a democracia. Por exemplo: a Karen levantou uma questão, que é justa de ser levantada. Temos uma diretriz, das seis que orientam a administração do GHC, desde 2033, que é a integração sistêmica interna. Os hospitais do GHC não podem disputar entre, no sentido de dizer que um é melhor do que outro. eles têm de trocar tecnologias, conhecimentos, é todo um complexo que tem de dialogar. As normas dizem que tem de ser por unidades de saúde, não pelo CGC, senão o HPS nem poderia ter conselho gestor, porque não tem CGC. Portanto, nesta lógica, não há problema nenhum. Isso amplia a democracia, tanto para os trabalhadores, para os usuários e para a gestão, que tenha um conselho no Fêmina. Por quê? Porque o Fêmina está longe do Conceição, e as pautas geralmente giram entre o Conceição e o Cristo Redentor, porque está lá localizado o conselho gestor. Amplia-se a democracia, até porque o Fêmina tem vocação para a saúde da mulher. Há coisas peculiares que o conselho poderá discutir vinculado lá. Eu mesmo tinha dúvidas sobre se deveria haver três, e fui convencido pelo Conselho Municipal de que deveria haver três. Então, colocamos um ingrediente e, para pensar a integração sistêmica, a cada três meses os conselhos deverão fazer uma reunião conjunta. Essa medida amplia a democracia. Por que não colocamos a representação sindical? Foi feito um debate, onde havia muitas dúvidas. Hoje temos um orçamento participativo lá que está em plena discussão. Todos os trabalhadores decidem sobre qual tecnologia comprar, que obra fazer. Temos um trabalhador eleito pelos trabalhadores no conselho máximo de administração, e esse trabalhador não representa os sindicatos. O trabalhador tem de se inscrever e há votação, com urna, para a eleição desse trabalhador, porque, às vezes, o sindicato vai lá para defender os seus sindicalizados, e o trabalhador vai defender o conjunto de todos os trabalhadores, e isso sempre foi um problema. Tanto que os trabalhadores aceitaram que não fosse mais por sindicato ou associação, mas os trabalhadores que quisessem poderiam se inscrever para serem candidatos. Portanto, a representação dos trabalhadores foi ampliada. Coincidentemente, o que foi eleito pertence a uma associação. Mas, isso é da democracia. Então, não fazer por sindicatos não é afrontar os sindicatos. Na nossa opinião é fazer com que os trabalhadores possam, internamente, elegerem na urna os seus representantes no conselho gestor, porque isso também amplia a democracia interna para o conjunto dos trabalhadores, sob pena de que aqueles que não pertencem a nenhum sindicato acabem sem nenhuma representação. Não posso cassar alguém porque ele não pertence a sindicato. Ele também é um trabalhador, que tem o direito de pertencer a um sindicato, ou não. Por que cassar o direito de esse

973

974

975

976 977

978

979

980

981

982

983

984

985

986

987

988

989

990

991 992

993

994

995

996

997

998

999

1000

1001

1002

1003

1004

1005

1006 1007

1008

1009

1010

1011

1012

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019 1020

1021

1022

1023

1024

1025

trabalhador poder se candidatar ao conselho gestor? O importante é que sejam instrumentos de controle social legítimos. Não podemos nos perder na forma, devemos pensar no conteúdo. Quero dizer que estamos de pleno acordo com o que foi encaminhado agui. O conselho está fazendo um bom trabalho, independente das incongruências, etc., das questões que perambulam, e a direção concorda com a proposta. Segundo, foi retirada representação do conselho gestor para formar comissão e fazer essa proposta que está aqui. Eu mesmo falei várias vezes com o presidente, que estava na comissão, e ele disse que não iria participar deste golpe. Eu pedi os e-mails do Conselho Municipal com o convite que foi feito a ele para ele vir agui. Ele nunca veio, e sempre foi avisado. Então, acho que nós estamos no momento de corrigir incongruências normativas de concepção. E a proposta amplia a democracia, tanto para o trabalho, para o gestor como para o usuário. E acho que isso é bom. Porque às vezes fazemos o discurso de que somos excluídos e agora esse é o momento para se ampliar a democracia. Muito obrigado. A SRA. MARIA ENCARNACION ORTEGA (CDS Leste): Primeiro, quero parabenizar porque esse regimento era o que estávamos pedindo há muitos anos. Moraliza. E eu estava dizendo que iria dar a volta, porque nas reuniões dizem que "os mais antiquinhos não querem sair porque levam alguma vantagem". Então, lá no Conceição também tinha alguma vantagem. Fico muito preocupada, por que o que é que o sindicato tem que se envolver lá com os trabalhadores? É do trabalhadores, não é do sindicato. E são sete mil funcionários. Vamos para a eleição. Quem bom que se fez essa distribuição, onde cada hospital vai ter o seu conselho, vai ter dignidade e vai ter transparência. Quando foi montado o primeiro conselho eu lembro que o Mota me infernizava - está aí o Barrichello para confirmar -, dizendo "Encarnacion, entra para esse conselho", e eu dizia "não posso porque já estou no HPS e é muito coisa". E virou nisso que estamos vendo, onde ninguém sabe o que está acontecendo. Acho que esse regimento "lava a alma" da gente. É importantíssimo, cada hospital tem de ter o seu conselho gestor. Temos certeza que conseguiremos formar com todos os usuários que estão comprometidos, e os trabalhadores que lutem representando os trabalhadores, e não mandarem sindicatos para lá, porque tem sete mil trabalhadores que poderão disputar essas vagas, e tem eleição para isso. O SR. HEVERSON VILLAR CUNHA (CDS Restinga): Essa questão de conselho gestor é uma coisa delicada, que devemos tratar com todo carinho. Na nossa região não temos muito a presença do gestor, temos o Secretário Casartelli que faz a parte da básica, mas a parte mais alta a gente não tem. Então, estamos nos preparando para discutir câmara técnica, e até andamos lá no HPV pegando informações, vendo como é que se faz câmara técnica. Por outro lado temos visto que a estrutura do Conselho, o Regimento Interno do Conselho, tem uma série de "buracos", que precisamos ir acertando e ajustando, como em relação à comunidade e aos distritos de saúde na região do impacto, que não estão previsto ali. Vi que tem cinco indicações do Conselho Municipal de Saúde, quem são, serão por segmento, ou será pela coordenação e núcleo de coordenação, ou será a plenária que vai escolher quem são os representantes do Conselho? Temos de fazer esses detalhamentos. Outra situação: há momentos em que se fala que vai se tratar do Município, e entendi que é de forma autônoma, porque já temos esse problema, lá na zona norte é o GHC. Sei que o Secretário Casartelli não vai dizer que é problema do GHC, mas tem que prestar contas aqui, sim. E aí vem a minha maior preocupação: ou eu não ouvi, mas quero saber quando é que o GHC vem prestar contas do dinheiro que ele recebe do Governo Federal para tocar a saúde na zona norte, no metropolitano e no Estado. Estou aqui há mais ou menos quatro anos e nunca vi o gestor do GHC entrar aqui e prestar contas do "centavos". Digo "centavos", mas na realidade são mais de milhões, onde é aplicado esse dinheiro, para onde vai? Devo dizer que figuei contente, porque estava preocupado, o GHC atende também o metropolitano, e parece que vai haver representação do CES (Conselho Estadual de Saúde), e o Oscar está dizendo que já tinha, então fico mais tranquilo, porque o coitado que vem do interior às vezes não

1027

1028

1029

1030 1031

1032

1033

1034

1035

1036 1037

1038 1039

1040

1041 1042

1043

1044

1045 1046

1047

1048 1049

1050

1051

1052

1053

1054 1055

1056

1057

1058 1059

1060 1061

1062

1063 1064

1065

1066

1067

1068

1069 1070

1071

1072 1073

1074

1075

1076 1077

1078

1079

sabe o que acontece em Porto Alegre. Mas, para finalizar, acho que temos de detalhar certas questões e colocar um "gatilho", prever algo, porque se cobramos porque são filantrópicos – e alguns não são tão filantrópicos assim, a Santa Casa não é tão santa assim -, porque recebem dinheiro público, acho que não podemos abrir mão dessa prestação de contas, uma vez que o GHC é cem por cento SUS ele tem de prestar contas dos recursos aqui nesta casa. Obrigado. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Respondendo ao Heverson: a representação que o Conselho encaminha ao Conselho Gestor do GHC é de usuários. O SR. HAMILTON FARIAS (Sindicato dos Municipários): Estamos numa discussão de desiguais e não de iguais. A sociedade progride na medida em que as pessoas se organizam. Os trabalhadores, na medida em que se organizam, consequem ter representações dignas, conseguem avanças nas suas bandeiras. Por isso é muito perigoso repetirmos aqui aquele discurso que joga contra a organização dos trabalhadores, porque isso é o que justifica dizer "vamos calar a boca daquele sindicalista, vamos calar a boca daquele outro". Hoje, cala-se a boca de um, de outro, e mais outro e amanhã só mando eu. Então, acho que o Conselho fez um trabalho muito bom ao trazer uma proposta. O Conselho Gestor pecou quando não fez o tema de casa. A proposta tem de ser trabalhada, o Heverson levantou algumas questões, outra colega da mesma forma. E para tirarmos uma proposta não podemos desfazer o trabalho dos outros. Não é porque quero determinada proposta que tenho de afirmar que as outras não servem para nada. Os sindicatos, até hoje, nos bons e nos maus momentos, são os instrumentos de defesa dos trabalhadores. Quem não é um trabalhador organizado não sabe o peso que tem fazer uma representação. Sou um professor e estou agui discutindo problemas da saúde, onde temos muito dificuldade em fazer esse enfrentamento com organização. Quando fazemos discussões, por exemplo, sobre plano de carreira, nós, representantes dos municipários, vamos para lá negociar com os nossos chefes a liberação para podermos ir a uma reunião a representar o conjunto dos trabalhadores. Os representantes da Prefeitura vão para lá receber o jeton. É o caso, por exemplo, do plano de carreira do Município. Não vou dizer que o pessoal não deva receber este jeton, mas são condições diferentes. Foi publicado no Diário Oficial. É uma discussão diferente. Então, não dá para nós querermos crucificar os trabalhadores, porque eles têm suas dificuldades para participar e com isso aprovar uma outra proposta. O sindicato, hoje, também é eleito. Eu estou no meu terceiro mandato. Mas estou em um terceiro mandato em que fui eleito nas três vezes com ampla votação da categoria. Então, não venho com coisa de delegado agui e despacho o resto. Não é assim. Vamos nos respeitar. Acho que o trabalho está bom, só que ele tem que ser repensado. Para bom termo, acho que não deve ser batido o martelo antes. O SR. PAULO GOULART DOS SANTOS (Conselho Distrital de Saúde Noroeste): Para quem não me conhece, parece que eu me escondi, mas não, viu? Eu estou no meio de toda esta discussão. O regimento que veio para cá hoje é o antigo. O regimento que eu, o Jorge, o Marcelo fizemos lá não é aquele ali. Em assembleia foi decidido que ficaria o antigo. Bom, a maioria decidiu. Eu só guero deixar uma coisa clara; eu não ia nem falar, porque eu me incomodei muito e não tenho mais condições físicas, estou com problema cardíaco e ouvi horrores lá! Vocês não sabem o que eu ouvi. Eu só vou contar um fato para vocês, só um fato que aconteceu comigo. Foi por isso que eu não me inscrevi para falar antes. Houve uma discussão e eu – e eu sou meio burro mesmo quanto à constituição, mas leio um pouco, gosto de ler - e eu sempre lia no artigo terceiro que o conselho gestor é o fórum de discussão máxima dentro do hospital de serviços de urgências, emergências, públicos, privados para assegurar o que preceitua o artigo primeiro e se subordina em suas discussões e deliberações, diretrizes, notas do Conselho Municipal de Saúde em consonância com as decisões e orientações do Conselho de Saúde. Eu fui indicado pelo conselho municipal do distrital, para o Municipal. Houve uma discussão e eu disse para mandar um documento para a direção

1081

1082

1083

1084 1085

1086

1087

1088

1089

1090 1091

1092 1093

1094

1095 1096

1097

1098

1099

1100

1101

1102 1103

1104 1105

1106

1107

1108 1109

1110

1111

1112 1113

1114 1115

1116 1117

1118

1119

1120

1121

1122

1123 1124

1125

1126 1127

1128

1129

1130

1131

1132

1133

do Conceição e para o Conselho Municipal. Eu tive que ouvir quietinho, porque eu era a minoria. A Maria lone não é de discutir muito, mas de vez em quando ela abre a boca. Disseram para mim que não, para lá não! Lá é assim com o diretor, fez o sinal. (O Conselheiro faz sinal esfregando os dedos indicadores). Eu disse: olha, acho que não é, porque 95% das coisas agora que se estão votando com o novo Secretário, antes não se aprovava 99% das coisas que iam para o Conselho. Nunca se aprovou lá, e eu não faço parte de maracutaia! Eu não preciso fazer isso. Daí figuei brabo e até apelei. Eu não uso o meu crachá para andar no Conceição. Eu estou há um ano e meio para fazer uma ecografia aqui e nunca usei de prestígio nenhum. A minha mulher está lá para o Raio-X e vai levar quinze dias, Dr. Barichello, para dar o laudo. Outra coisa, almocei uma vez no Conceição de graça, porque eu estava em um grupo de trabalho naquele negócio da cultura e não podia sair do hospital. Eu almocei uma vez no hospital nestes dois anos. Então, eu não preciso. Claro que preciso do serviço, mas não uso o Conselho para nada. Quero deixar bem claro para vocês, houve discussões, eu ouvi muita coisa, estão aí os outros que podem confirmar. O representante estadual era uma pessoa que me ofendia, porque ele ofendia o Conselho e acabava me ofendendo. Apesar de eu ser do conselho de lá, eu sou membro do Conselho Municipal e do distrital. Se vocês falarem do meu distrital, eu vou defender. Se não que participante é este que não defende uma ideia? Eu defendo a ideia que nós temos que somar e não dividir. E lá há problemas de divisão. Nós ficamos um ano e meio discutindo esta relação da Rejane com o Milton. Eu ficava como minoria, mas é até um desabafo meu para vocês. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Eu só quero fazer duas considerações. Uma, com relação à representação sindical que foi levantada aqui. Quero dizer que esta representação, a representação que for escolhida, não impede que haja representação sindical ou que os sindicatos se articulem para escolher os representantes ou para indicar os seus representantes dentro de cada conselho gestor. Isso não impede absolutamente. Vocês já me ouviram falar várias vezes que acredito na unidade. Isso não fui eu quem disse, mas da articulação entre o movimento sindical e do movimento sindical. É esta unidade, inclusive, que proporciona isso. Vivemos aqui no Conselho, desde a sua criação, antes até de ser Conselho, de não se constituírem conselhos, como sabemos que existem por aí, que homologam a decisão dos gestores. O nosso Conselho é um Conselho que tem qualidade, que construiu esta qualidade forjada e articulada na organização do movimento sindical e na organização do movimento popular. Isso não podemos negar. Porque sempre deve estar presente na indicação dos nossos representantes. Negar isso é botar fora a história que se construiu agui. É esta a história que nós temos. E com relação aos representantes do Conselho que o seu Paulo falou. Todos os representantes no Conselho Gestor do GHC, são indicados, de acordo com o regimento, pelo Conselho Municipal de Saúde. Definimos que, como está dito no regimento, são por região. Sempre passávamos nas regiões, portanto, solicitando aos conselhos distritais que fizessem a escolha e mandassem para o Conselho homologar. Isso é o que foi feito. Então, o presidente do Conselho Gestor do GHC foi escolhido por este Conselho para representar o Conselho. No entanto, foram poucas as vezes que os senhores o viram aqui representando. E todas as vezes em que foi chamado, conforme eu disse no início da reunião, ele veio e não fez os encaminhamentos que foram combinados pelo Núcleo de Coordenação. Quer dizer, estabelecemos um prazo, que foi de dois anos; chamamos no primeiro processo eleitoral, que foi em 2009; orientamos, fizemos documento, foi ao Conselho Gestor, mas não foi encaminhada. Então, sinto muito, mas não há mais prazo. O Conselho tem que tomar esta decisão hoje, sob pena de ser desmoralizado diante de um Conselho Gestor que não se submete. Ele está no âmbito do Conselho Municipal de Saúde e é desta forma que ele deve compor o Sistema Único de Saúde no que diz respeito ao controle social. É isto que está em jogo! Queremos fazer construções novas, acertar e adequar todos os regimentos. Não é só do Conselho Gestor. É o

1135

1136

1137 1138

1139

1140

1141

1142

1143

1144

1145

1146

1147

1148

1149 1150

1151

1152

1153 1154

1155

1156

1157

1158 1159

1160

1161

1162 1163

1164

1165

1166 1167

1168 1169

1170

1171

1172

1173

1174

1175

1176

1177 1178

1179

1180

1181 1182

1183

1184

1185

1186

1187

regimento dos Conselhos Distritais, dos Locais. É uma tarefa do Conselho. Nós estamos fazendo isso com muito tempo, com discussão e democracia. Por isso, não vejo problema de tomarmos esta decisão hoje. Se tivermos que daqui a um ano repensar isto, vamos repensar, mas quanto à decisão, já tivemos muito tempo para tomar. (Palmas.) O SR. GILBERTO BARICHELLO (Representante do GHC): Letícia, o GHC aceita a proposta e vem aqui prestar contas quantas vezes quiserem. A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde): É só uma alteração dizendo que o Conselho Estadual solicita que no Conceição eles querem participar, mas eles não querem participar nos outros. Só querem participar do Conceição, com duas vagas, ao invés de uma. (Tumulto no plenário.) A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Conselheiros, só um pouquinho. Deixem eu explicar o que aconteceu. O Conselho Estadual fazia parte do grupo de trabalho e fez a discussão no grupo de trabalho. Mas, no momento de definir a sua representação, ele levou para o seu Núcleo de Coordenação e foi definido quantos representantes seriam. E eles indicaram para nós que queriam dois representantes no Conselho Gestor do Nossa Senhora da Conceição, nos demais eles entendem que os hospitais estão no âmbito do Município de Porto Alegre e que devem ter representantes do Município de Porto Alegre. É uma decisão do Conselho Estadual, e não posso intervir em uma decisão deles. Temos que avaliar o que eles definiram para cá. O SR. HAMILTON FARIAS (SIMPA): Acho que está boa a reunião; a discussão está avançando. Há algumas guestões, digamos, que não temos uma convicção firmada do conjunto aqui. Duas reuniões é pouco tempo, proponho fazermos mais uma reunião para pensarmos. Isto não implicaria nenhum prejuízo, e seria um no reforco do processo de participação. Porque, apesar de vocês colocarem que foram dois anos, para mim esta é uma discussão que se pôs hoje. Então, eu sugiro - como não estou aqui como representante de mim mesmo, não sou representante do Hamilton apenas, sou representante do conjunto de trabalhadores que o plenário exercesse a sabedoria de votar na outra reunião. Eu peco apenas a gentileza do conjunto da plenária em permitir que façamos esta discussão com quem representamos, e se vote em uma próxima reunião. Pelo que está aqui posto, acho que não corre risco desta proposta ser derrotada. O único risco que há é o de que se altere alguma questão como esta do Conselho Estadual. Com paciência a gente resolve tudo. Peco que não se vote hoje, só isso. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Vamos colocar em votação duas propostas. A proposta 1 é no sentido de que a votação seja adiada para a próxima plenária ou até quando o Conselho entender adequado, pois temos uma outra pauta e não será possível apreciar isto na próxima reunião. A proposta 2 é para que se proceda à votação hoje. O Plenário está esclarecido para votar? (Aquiescência do Plenário.) Em votação a proposta 1 que sugere adiamento da votação. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa.) 4 votos SIM. Em votação a proposta nº 2 no sentido de a votação seja realizada hoje. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 27 votos SIM. Agora vamos colocar em votação o regimento. Há a proposta encaminhada pelo Conselho Estadual no sentido de que sejam colocados dois representantes. Então, a proposta 1 é manter como está no regimento, ou seja, 01 representante do Conselho Estadual e a proposta 2 é para que sejam dois representantes do Conselho Estadual. A SRA. HELOISA ALENCAR (Conselho Municipal de Saúde): Eles não querem participar dos outros conselhos! A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Esta é a única proposta deles, se aceitarmos vamos ter que mudar nosso regimento. A SRA. HELOISA HELENA (Assessora Técnica do Conselho): Está bem, a gente muda. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Então vocês querem votar o encaminhamento que eles fizeram? (Manifestações em paralelo no Plenário.) A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do

1189

1190 1191

1192 1193

1194

1195

1196

1197

1198

1199

1200

1201

1202

1203 1204

1205

1206

1207 1208

1209

1210 1211

12121213

1214

1215

1216 1217

1218

1219 1220

1221

1222

1223

1224

1225

1226

1227

1228

1229

1230

1231

1232

1233

1234

12351236

1237

1238

1239 1240

1241

Conselho Municipal de Saúde): Da forma como está no regimento eles não guerem participar; ou eles participam como propõem ou não participam. manifestações vindas do Plenário dizendo que é para ser procedida a votação.) A SRA. ANA CIRNE: Pela abrangência dos hospitais não se pode fazer o que a Heloisa está sugerindo, porque o GHC tem âmbito estadual. (Manifestações em paralelo no Plenário.) Eles ficam com um representante a mais no Hospital Conceição e o Conselho Municipal, como eles não querem representar nos outros, vai ter um representante a mais em cada um dos outros três. O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal da Saúde) (Questão de Ordem): O atendimento do GHC do pessoal da Região Metropolitana e do Interior não é maior do que o dos demais hospitais. É igual à Santa Casa e a qualquer outro hospital. Mais de 60% do atendimento é Porto Alegre. A SRA. HELOISA ALENCAR (Assessora Técnica do Conselho Municipal de Saúde): Quero explicar por que fiz essa proposta. Eles participaram do grupo de trabalho, participaram da discussão, passaram o tempo todo questionando a sua participação. O representante deles dizia: "- Nós não queremos participar". Aí eles levaram a discussão para o seu plenário que aprovou a escolha e, ontem, eles encaminharam a proposta deles dizendo que guerem participar apenas do Grupo Conceição com duas vagas e não participar dos outros. Eles estão fazendo uma outra proposta. Eles não concordam com a proposta que está posta; ou é a proposta que eles têm ou eles não vão participar! (Manifestações em paralelo no Plenário.) A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Parece que estamos esquecendo que esse Conselho Gestor é o Conselho Gestor da rede do Conselho Municipal de Saúde. Quem tem que decidir somos nós, aqui. Eles foram convidados a participar, eles foram incluídos e eles não querem ser incluídos. O SR. HAMILTON PESSOA FARIAS (SIMPA)(Questão de Ordem): Vamos votar o que foi apresentado. A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): Vamos votar a proposta encaminhada pelo CES, que indica dois representantes para o Conselho do Hospital Nossa Senhora da Conceição, sem participar dos demais conselhos, ou mantermos a nossa proposta como está. (Discussões em paralelo no Plenário.) Com licença, vocês podem me conceder a coordenação da reunião? A primeira proposta que vamos analisar é a proposta que foi encaminhada pelo Conselho Estadual de Saúde, que indica dois representantes para o Conselho Gestor do Hospital Nossa Senhora da Conceição, sem participar dos demais conselhos. Em votação a proposta. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 3 votos SIM. Os (as) conselheiros (as) que não aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 22 votos Não. Abstenções? 4 ABSTENÇÕES. REJEITADA a proposta do Conselho Estadual de Saúde. A proposta de regimento que foi encaminhada propõe uma vaga para o CES. Ao votar favorável ao regimento do GHC vamos estar votando uma vaga para o CES. Agora vamos ter que votar o regimento. (Discussões em paralelo no Plenário.) A proposta de regimento que foi entregue a todos tem uma vaga para o Conselho Estadual de Saúde. Eles nos enviaram uma proposta com duas vagas e não querem participar dos outros. (Discussões em paralelo no Plenário.) Se nós votarmos o regimento vamos estar votando uma vaga para o Conselho Estadual de Saúde. (Discussões em paralelo no Plenário.) O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI (Secretário Municipal de Saúde)(Questão de Ordem): Se eles não indicarem ninguém a vaga passa para o Conselho Municipal de Saúde, A SRA, MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA (Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde): O regimento vai ser votado tal como está, com uma vaga para o Conselho Estadual de Saúde. Caso eles resolvam não encaminhar representante para esta vaga ela passará a ser do Conselho Municipal de Saúde. Em regime de votação. Com estas condições que por mim foram nominadas, o regimento proposto do Conselho Gestor do Hospital Nossa Senhora da Conceição. Os (as) conselheiros (as) que aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) 28 votos SIM. Os (as) conselheiros (as) que não

1243

1244

1245

1246 1247

1248

1249

1250

1251

1252

1253

1254

1255

1256

12571258

1259

1260

1261 1262

1263

1264

1265

1266 1267

1268

1269

1270 1271

1272

1273 1274

1275

1276

1277

1278

1279

1280

1281

1282

1283

1284

1285

1286

1287

1288 1289

1290

1291

1292

1293 1294

1295

1297 1298 1299	aprovam se manifestem levantando o crachá. (Pausa) Abstenções? <b>04 ABSTENÇÕES. APROVADO o regimento do Conselho Gestor do GHC.</b> Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.	
1300		
1301		
1302	MARIA LETICIA DE OLIVEIRA GARCIA	OSCAR RISSIERI PANIZ
1303	Coordenadora do Conselho CMS/POA	Vice Coordenador CMS/POA
1304		
1305	Ata aprovada na reunião plenária do dia 15/09/2011	
1306		
1307		
1308		